

**MINISTÉRIO DA SAÚDE  
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ  
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO**

**IMPrensa VIOLENTA**  
**Saúde e violência urbana na cultura de massa**

**RENAN RIBEIRO DE VASCONCELOS**

**Rio de Janeiro  
2005**

RENAN RIBEIRO DE VASCONCELOS

IMPrensa VIOLENTA

Saúde e violência urbana na cultura de massa

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, habilitação em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental, na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, no dia 12/12/2005.

Orientadora: Maria Amelia Costa

Rio de Janeiro

2005

*"O mundo é um lugar perigoso de se viver, não por causa daqueles que fazem o mal, mas sim por causa daqueles que observam e deixam o mal acontecer".*

Albert Einstein

*Ao meu pai e à minha mãe, por se esforçarem ao máximo para conseguirem me dar uma ótima educação, além de sempre buscarem o melhor para mim,*

*A todas as pessoas amigas e importantes para a minha felicidade, com quem sempre passei ótimos momentos.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, sem o qual nada seria possível;

Aos meus pais, que me guiaram desde o princípio e me deram educação fundamental para toda a vida;

Ao meu irmão Rodrigo, com quem sempre troco conhecimentos muito importantes para minha formação;

À professora Maria Amelia, que com uma mistura de alegria e seriedade me conduziu ao longo da produção deste trabalho, além de promover discussões que instigaram o interesse pelo tema aqui desenvolvido, tornando-se uma verdadeira amiga;

Ao professor Marco Antônio, pelas orientações iniciais durante a estruturação do projeto de pesquisa;

Aos professores José Roberto e Verônica, que colaboraram com idéias e materiais ao longo deste trabalho;

Aos amigos André, Fabricio, Fernanda, Júlia, Lucas e Rodolfo, além de tantos outros, que demonstraram interesse e auxiliaram de alguma forma durante a elaboração deste estudo.

## **RESUMO**

Esta pesquisa aborda aspectos referentes à relação entre os meios de comunicação de massa, focalizando a imprensa escrita, e a questão da violência, realizando uma análise sob o ponto de vista da saúde. O entendimento do processo de inserção da imprensa no Brasil, por meio de dados históricos, forneceu subsídios para se procurar compreender como esse meio de comunicação vem se estruturando, passando por transformações significativas ao longo dos anos. Tais mudanças acabaram por contribuir para a inserção desses veículos na lógica da cultura de massa, voltando os seus recursos para seguir o ideal consumista. Por tratar-se de uma questão recorrente em vários meios de comunicação de massa, e também devido a sua representatividade no meio social, buscou-se compreender a contextualização da violência urbana na contemporaneidade. A partir disso, procedeu-se com o reconhecimento de fatores que demonstraram envolvimento direto e indireto com essa questão, até tornar-se uma das principais problemáticas da sociedade brasileira. Após o reconhecimento desse quadro, o estudo procurou analisar como ocorre a veiculação de certas matérias de violência e, através da perspectiva da saúde pública, analisar e compreender se essa veiculação freqüente de violências nas páginas dos jornais poderia trazer impactos para a saúde da população, exposta a tal violência representada e explorada pela mídia.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>1. NASCE A IMPRENSA BRASILEIRA</b> .....	10
<b>1.1. Introdução</b> .....	10
<b>1.2. A Imprensa Régia – a imprensa nacional</b> .....	12
<b>1.3. A imprensa oficiosa</b> .....	14
<b>2. A COMUNICAÇÃO NA CULTURA DE MASSA</b> .....	19
<b>2.1. Introdução</b> .....	19
<b>2.2. A cultura e a indústria cultural</b> .....	20
<b>2.3. A cultura voltada para o consumo</b> .....	22
<b>2.4. A cultura para as massas</b> .....	26
<b>3. VIOLÊNCIA URBANA E REPRESENTADA</b> .....	33
<b>3.1. Identificando a violência</b> .....	33
<b>3.2. A herança dos regimes autoritários</b> .....	37
<b>3.3. O desenvolvimento violento</b> .....	40
<b>3.4. A imprensa violenta</b> .....	42
<b>4. VIOLÊNCIA NA IMPRENSA E SEU REFLEXO NA SAÚDE</b> .....	43
<b>4.1. Análise da violência nos jornais</b> .....	44
<b>4.2. Análise das reportagens sobre violência</b> .....	49
<b>4.3. Reflexos na saúde</b> .....	53
<b>CONCLUSÕES</b> .....	56
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	58

## INTRODUÇÃO

A comunicação tem sido um dos principais campos existentes no meio social, apresentando uma dinamicidade peculiar e passando por transformações conforme o avanço tecnológico se processa. Inserida no modelo capitalista, ela também passou a ser utilizada de acordo com interesses da lógica de consumo de massa. O pesquisador Martín-Barbero discute a comunicação considerando os fatores que a envolvem:

Sobrecarregada tanto pelos processos de transnacionalização quanto pela emergência de sujeitos sociais e identidades culturais novas, *a comunicação* está se convertendo num espaço estratégico a partir do qual se podem pensar os bloqueios e as contradições que dinamizam essas sociedades-encruzilhada, a meio caminho entre um subdesenvolvimento acelerado e uma modernização compulsiva. Assim, o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais. (2001, p. 270).

Colocada sob essa perspectiva, o jornal, enquanto veículo de comunicação, expõe para o seu público notícias que tenham certa repercussão, o que fará com a venda deste jornal aumente e o público, interessado ou identificado com o fato narrado passe a consumir tal produto. O que chama a atenção nesse veículo, assim como em alguns outros, é a possibilidade de transformar o real em notícia, de fazer com que a realidade do que acontece e é passada para o seu público leitor seja proveniente dessa divulgação de reportagens. A violência é uma das questões que suscitam um interesse por parte do leitor e percebe-se que a sua especulação implica em riscos para a sua saúde.

Os trabalhos realizados nessa dinâmica entre mídia e violência ainda são praticamente inexistentes no campo da saúde pública. Njaine & Souza (MINAYO & SOUZA, 2003) chamam a atenção para a necessidade de um investimento por parte da área da saúde a fim de se buscar uma compreensão cultural específica sobre a violência na mídia. Analisada a partir da ótica da saúde pública e da epidemiologia, a veiculação de violência nos meios de comunicação pode ser considerada como um fator de risco para a violência em geral, uma vez que uma divulgação excessiva de violência poderia contribuir para o incremento da violência social, além de influenciar na formação da personalidade de indivíduos.

O presente estudo, estruturado em quatro capítulos, procura compreender a forma como a violência é veiculada pela imprensa e como tal veiculação poderia afetar a saúde do público leitor. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico com autores que discutem aspectos importantes nessa relação entre mídia, violência e saúde. Além dessa etapa,

também foi realizada uma coleta de dados, ao longo de dois meses (junho e julho de 2005), procedendo com um levantamento de reportagens que abordassem a questão da violência em dois jornais de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro: o jornal EXTRA e o jornal O DIA.

No primeiro capítulo é organizado um breve histórico, buscando entender a forma como se deu o nascimento da imprensa no Brasil, colocada sob o controle do Estado, além das tentativas de se estruturar uma liberdade de expressão. A compreensão dessas fases da imprensa brasileira demonstra sua relevância, uma vez que contribui para uma melhor observação e análise da imprensa contemporânea.

Ao longo do segundo capítulo é realizada uma discussão sobre a comunicação na cultura de massa, buscando obter subsídios para compreender como ocorre a inserção dos veículos de comunicação em uma lógica voltada para o consumo, baseando-se em alguns teóricos. Também é colocada a forma como a cultura é direcionada para as massas, juntamente com os processos que diferem a cultura elevada da cultura de massa.

O terceiro capítulo aborda a questão acerca da violência, identificando as suas variadas formas e buscando reconhecer fatores que delinearão a apresentação desse fenômeno ao longo dos anos. Além disso, analisa a violência inserida na lógica da imprensa, com suas representações dos eventos violentos.

No quarto capítulo são analisados os dados coletados, expondo-os em tabelas para uma compreensão mais clara sobre a violência posta nas páginas dos jornais. A partir da amostragem de um conjunto de reportagens que abordam essa temática, procura-se discutir como tal veiculação poderia influenciar a saúde, bem como no comportamento, de indivíduos expostos a essa violência narrada na imprensa.

Por fim, realiza-se uma análise de todos os aspectos estudados ao longo de todo o trabalho, buscando-se entender as questões surgidas e suscitadas pela pesquisa, além daquelas que foram propostas inicialmente, com o intuito de conduzir a pesquisa desenvolvida.

## 1. NASCE A IMPRENSA BRASILEIRA

*“ASSIM, o seu plano de saúde por apenas R\$1,00 por dia”.*  
Jornal EXTRA, 01 de julho de 2005.

*“Prefeitura do Rio paga 13º em agosto”.*  
Jornal EXTRA, 03 de junho de 2005.

*“Tráfico leva terror a 30 mil na Ilha”.*  
Jornal O DIA, 26 de junho de 2005.

*“Roubado caminhão com silicone para seio e pênis”.*  
Jornal EXTRA, 13 de julho de 2005.

*“Coréia, a favela explosiva”.*  
Jornal O DIA, 20 de julho de 2005.

### 1.1. Introdução

Ao longo de sua história, os meios de comunicação contribuíram para ampliar os horizontes de diferentes estratos sociais. Com funções de anunciar, informar, divulgar, denunciar..., aspectos do cotidiano das sociedades de sua época, ao longo do tempo os veículos de comunicação diversificaram tais funções para se adaptarem às transformações impostas pela modernidade. Inserida desde o início na ordem capitalista, a própria invenção de Gutenberg adveio de uma necessidade da sociedade da época, vinculada à ascensão da burguesia e gerada pelo desenvolvimento mercantilista. No entanto, desde o início, as mudanças na imprensa foram ocorrendo lentamente, uma vez que as trocas de informação eram do interesse de pequenas camadas sociais. Essa restrição favoreceu facilmente o controle do Estado que, com o tempo, deu lugar a distintas forças econômicas. No caso específico do Brasil, essas mudanças não foram muito diferentes.

A expansão do capital comercial funcionou tanto como um impulso aos portugueses, dando-lhes a oportunidade de ocupar o Brasil, quanto foi responsável pelo surto da arte gráfica na metrópole (SODRÉ, 1999). Apesar do surgimento da imprensa ser contemporâneo ao “descobrimento” do Brasil, é sob um abismo de três séculos de distância que se instaura a mídia impressa brasileira. O Brasil fez parte de um modelo sistemático de colonização. O pesquisador Juarez Bahia coloca que *“a instalação da imprensa em 1808 marca o fim de uma etapa dessa colonização sistemática”* (1990, p. 21).

Ao contrário do Brasil, a imprensa já é uma realidade há algum tempo em outros países da América. Segundo Nelson Werneck Sodré (1999), no México é instalada a primeira

tipografia de todo o continente, no ano de 1539. No Peru, ela chega em 1583. Nesse ponto, cabe ressaltar que estes países conheceram a Universidade ainda no período colonial. Por volta de 1600, jornais já são impressos nos Estados Unidos. Por isso, não é difícil de acreditar que um século antes do nascimento da imprensa brasileira, alguns jornais são tidos como tradicionais (BAHIA, 1990).

Torna-se necessário explicitar um pouco mais sobre essa diversidade que marca os interesses portugueses e espanhóis em relação ao atraso cultural nas suas colônias. No território ocupado por Portugal, ou seja, o litoral do continente americano, foram encontradas populações primitivas, “*na fase da pedra lascada*”, conforme assinala Sodré (1999, p. 10). Nas regiões onde foram construídas empresas com o intuito de fornecer estabilidade ao processo de desbravamento territorial, muitas comunidades indígenas foram exterminadas por não servirem para o trabalho, uma vez que eram culturalmente “inferiores”. Já em um segundo plano, onde a mão-de-obra pôde ser aproveitada, a catequese dos jesuítas atuava como uma ferramenta de destruição cultural.

Diferentemente do exemplo português, os viajantes espanhóis se depararam com povos de culturas avançadas, que inclusive trabalhavam com a mineração. A destruição e a posterior substituição dessas culturas constituíam uma verdadeira necessidade para a ocupação, tendo em mente que a força de trabalho para a extração do ouro e da prata já existia ali. Para tal, os espanhóis tiveram que implantar instrumentos de sua cultura, em um processo longo de adaptação cultural por parte das populações nativas. Enfim, o surgimento da Universidade e da imprensa na América espanhola esteve intimamente ligado ao ideal intransigente de dominação cultural e exploração dos recursos naturais.

Já existiam formas de difusão de notícias e de idéias antes da instalação dos primeiros prelos no Brasil. As informações eram passadas por cartas e panfletos e pelos novidadeiros de rua, ou seja, pelo verbo oral e escrito. No século XVII, Gregório de Matos<sup>1</sup> e outros aprendizes ganharam expressão por meio de suas sátiras políticas e sociais e a oratória clássica do padre Antônio Vieira também merece ser destacada. A partir dessa semente plantada, o desenvolvimento viria a culminar com o jornalismo e os panfletos no século XIX.

No século XVIII, ganham forças os principais focos de resistência ao regime português, sob a influência dos movimentos de independência dos Estados Unidos, dos processos que culminaram com a Revolução Francesa e das ações de busca pela identidade

---

<sup>1</sup> As obras de Gregório de Matos satirizavam a realidade do Brasil colonial. Sua poesia crítica pode ser bem representada no poema “O Juízo”, no qual ele denunciava, através de uma linguagem cômica, a corrupção existente na economia e na política.

nacional. O espírito nacionalista e os movimentos populares levaram a Coroa a proibir qualquer forma de jornalismo, juntamente com a tipografia. A imprensa era considerada crime e o que existia de arte gráfica era clandestina. A administração portuguesa sufocava todo tipo de manifestação livre de idéias, a fim de conservar o regime colonial e manter total controle sobre os seus interesses políticos e econômicos.

## **1.2. A imprensa régia – a imprensa nacional**

Somente em maio de 1808, após a chegada da família real, é que foram instaladas as oficinas da Imprensa Régia. É importante ressaltar que a imprensa inaugurada no Brasil já nasceu sob proteção e por iniciativa oficial, estando todas as informações submetidas ao controle da autoridade real. Esse empreendimento não era gratuito. Em uma fase onde o absolutismo se encontrava em declínio, a possibilidade de informar revelava-se de grande importância. Através da imprensa, o governo poderia fazer circular seus louvores, exaltar suas virtudes, defender-se de idéias contrárias, ou seja, difundir o que lhe convinha. Era uma imprensa totalmente ligada ao servilismo. Conforme assinala Bahia (1990), o início do jornalismo impresso ocorreu em um momento importante da história brasileira, quando a colônia passou a ser a sede do poder da Coroa. A vinda de D. João VI provocou algumas transformações na vida colonial, como a reforma administrativa, a abertura dos portos, a instauração de algumas indústrias e, conseqüentemente, a modernização.

Hipólito da Costa, considerado o patrono da imprensa brasileira, inicia no mês de junho a edição do Correio Brasiliense ou Armazém Literário, em Londres, antes do periódico oficial a Gazeta do Rio de Janeiro começar a circular em setembro. A publicação de Hipólito da Costa é considerada o marco inicial do periodismo brasileiro.

O jornal de Hipólito da Costa era produzido fora devido à censura prévia existente no Brasil, uma vez que a publicação de obras periódicas com idéias livres poderia trazer perigos para os redatores. As informações chegavam por meio de correspondências com patriotas brasileiros e eram suas fontes de notícias. A escolha do país levou em consideração também o contexto mundial, afinal a Grã-Bretanha representava um núcleo de resistência ao poder de Napoleão, fazendo com que os interesses da política de todo o mundo se voltassem para lá.

O Correio Brasiliense discutia idéias “proibidas” na sua época dentro do território brasileiro. As notícias abordavam temas como a liberdade de expressão, a independência do país, a instituição da universidade e a monarquia constitucional. Eram comuns os ataques ao caráter proibitório da administração colonial com relação a aspectos democráticos e liberais.

Para Hipólito da Costa, o Correio era o meio ideal de defender seus objetivos, de garantir uma política civilizada, instituições livres e a emancipação por meios legais do Brasil. Até mesmo próximo do período da independência, a influência do periódico permaneceu, sendo reconhecida como essencial para a renovação política que viria a ocorrer.

Um ponto que merece ser destacado diz respeito à amplitude dessa influência na opinião da sociedade brasileira. É preciso ressaltar que a parcela da população do início do século XIX capaz de ler tal periódico, de caráter doutrinário, era mínima. Sodré discute a relação de interesses entre o Correio e determinadas camadas sociais:

Parece evidente que, sendo o problema fundamental, na época, o do rompimento do regime de monopólio, a que o Correio Brasiliense dera a sua adesão desde o início, refletindo os interesses da burguesia inglesa mais do que os daqueles grupos, camadas ou classes no Brasil, haveria aqui, pelo menos em potencial, elementos capazes de receber e assimilar a doutrinação mensal que lhes era oferecida. Disso não parece restar dúvida. (1999, p. 27).

As características da Gazeta do Rio de Janeiro perfazem as de um órgão oficial com o objetivo de informar acerca dos aspectos administrativos e sociais do Reino, por meio de documentos com decisões do governo e editais, entre outros. Ao longo da história desse jornal, a propaganda com fins comerciais foi tomando forma. Com o crescimento da veiculação, apareceram pequenos anúncios, chamados de classificados posteriormente, que não ficaram restritos à compra e venda de escravos. Com as mudanças ocorridas na produção comercial, apesar de limitada ao oficialismo, a Gazeta “*reflete, como pode, a sociedade da época*” (BAHIA, 1990, p. 19), apresentando obstáculos à liberdade e regras industriais e culturais. Seu último exemplar circulou em dezembro de 1821, quando surgiu o Diário do Governo.

No início, a Gazeta do Rio de Janeiro era publicada aos sábados, semanalmente. Depois, sua periodicidade mudou, passando a ser bissemanal, sendo veiculada às quartas e sábados. Por fim, ainda alterou-se outra vez, circulando às terças, quintas e sábados, sem contar as edições extraordinárias. Algumas novidades culturais foram incorporadas ao jornal, desde a Biblioteca Real até o Liceu de Artes. Conforme foi exposto na primeira edição extraordinária, além da justificativa para esses tipos de edições especiais, o próprio jornal fez uma curiosa definição de seu papel:

(...) essa espécie de anachronismo não he prejudicial á Colleção destas Folhas considerada como Rezumo da Historia dos Tempos. O Editor julga pois que deve mais depressa satisfazer a curiosidade do Publico do que seguir huma ordem que só á primeira vista parecerá incompetente. (BAHIA, 1990, p. 14).

A linha de notícias da Gazeta do Rio de Janeiro dizia respeito, durante a guerra das tropas inglesas com as francesas no território português, à veiculação de decretos, relatos e ordens militares, além de pequenos anúncios locais. O Correio Brasiliense, apesar da distância geográfica, voltava-se mais à vida na própria colônia, expressando, conforme assinala Bahia, “*uma aguda visão crítica de fatos políticos, econômicos e sociais que envolvem o Brasil*” (1990, p.14).

Na época da Gazeta, o acesso aos jornais atendia a um sistema de circulação com ponto-de-venda e assinaturas, com um serviço de entrega nos próprios domicílios. Em meados do século XIX, já surgiram entregadores que realizavam a venda avulsa nas ruas da cidade e as assinaturas faziam uso de uma distribuição organizada por via postal e locais regulares de venda. É no ano de 1872, porém, que os jornais passaram a ser vendidos em quiosques, e só no século XX é que ingressaram nas bancas de jornais e revistas, seguindo o mesmo estilo adotado na Europa.

### **1.3. A imprensa oficiosa**

Os primeiros jornais e revistas não oficiais surgiram na Bahia. A primeira revista impressa do país - As variedades ou Ensaio de Literatura - do ano de 1812, tinha como linha editorial a defesa dos costumes morais e virtudes sociais.

Algumas mudanças políticas ocorridas na década de 1820, no caso a Revolução Constitucionalista do Porto, em Portugal, e a independência do Brasil, colaboraram para o desenvolvimento da atividade jornalística e enfraqueceram o caráter de dominação estabelecido sobre a imprensa, que passou a agir com maior liberdade. Foi inserido nesse ambiente que o jornal de características políticas ganhou força, expressando-se em veículos temporários ou em estáveis.

A despeito do atraso em relação a outros países, o jornal brasileiro conseguiu finalmente se ater ao processo de construção da nacionalidade. A verdadeira emancipação, que não está apenas remetida ao aspecto político, como também ao econômico e cultural, alcançou um avanço inicial a partir da vitória do liberalismo sobre o absolutismo em Portugal e no Brasil. À frente desse movimento de independência destacaram-se D. Pedro e a oposição, representada tanto por partidos quanto por certos jornais. Entretanto, os primeiros anos da recém pátria livre demonstraram-se um tanto contraditórios. Em um ambiente repleto de tensões políticas, o Imperador trouxe de volta o regime absolutista, acabando com a Assembléia Constituinte em 1823 e com a liberdade de imprensa. Devido ao seu governo com

feições totalitárias e tirânicas, nesse clima de derrota do liberalismo, D. Pedro enfrentou pressões de diversas esferas, como no caso dos publicistas e dos jornais que, de 1825 a 1831, exigiram a sua abdicação e lutaram pelo retorno da liberdade de expressão.

Em grande parte do país, a imprensa atravessava uma fase de diversificação e de especialização. Surgiram novos jornais voltados para diferentes setores, como agricultura, indústria e comércio. Até no campo estudantil surgiu um novo periódico, O Olindense, que circulou em Pernambuco.

Um jornal da época, o Diário de Pernambuco, de 1823, uniu-se ao Diário da Administração Pública, passando a ser considerado um importante veículo. Este se tornou o jornal mais antigo em circulação não só no Brasil como em toda a América Latina. Em 1854, o Diário de Pernambuco viria a concorrer com o Jornal do Commercio pelo título de mais completo jornal do país.

Este último, do Rio de Janeiro, surgira como o novo projeto de Pierre Plancher-Seignot, que comprara o título do Diário Mercantil e acabara de fechar a edição do jornal Spectador Brasileiro (BAHIA, 1990). O Jornal do Commercio instaurou-se como um periódico independente que ganhou expressão em meio a publicações guardadas pelo oficialismo. De início, funcionava como um noticiário de assuntos mercantis e marítimos. Somente a partir de 1828 é que passou a tratar de matérias comerciais e políticas. Apresentava uma linha um tanto moderada, envolvendo-se com os debates políticos do fim do Primeiro Império, cedendo mais espaço às questões econômicas.

O jornal de Evaristo da Veiga, A Aurora Fluminense, também teve grande importância no cenário político e civil da época, sendo fundado em 1827. Possuía uma característica crítica e compromissada com a verdadeira realidade social de então. Suas notícias alcançavam uma difusão maior em comparação com outros periódicos concorrentes, pois demonstravam uma estruturação mais simples e de fácil compreensão. A ironia era uma importante ferramenta utilizada para atacar o autoritarismo do Império. Contando com quatro páginas, A Aurora, de início, circulava às segundas e sextas-feiras e, a partir de 1828, às segundas, quartas e sextas-feiras, além das edições extraordinárias.

Um fato importante para o Brasil, que se revelou como sinal de novos rumos no ambiente político e cultural no período do Império até a República, foi a instalação de cursos de Direito em São Paulo e no Recife. Isso pode ser melhor compreendido a partir da constatação de que desses cursos saíram estadistas, agitadores e novos pensadores.

Nesse momento, considerado de revigoramento intelectual, o número de jornais aumentou nas províncias. No entanto, os jornalistas ainda enfrentavam dificuldades que

perpassavam pela improvisação, juntamente com o partidarismo, além da tutela do poder político pressionando economicamente a fim de parar idéias opostas e limitando a liberdade de iniciativa. O verdadeiro progresso do jornalismo se baseou então sobre os jornais bem administrados, com clientela constante, que despontaram como fórmulas lucrativas de imprensa (BAHIA, 1990).

Ainda em sua fase de busca pela consolidação, a imprensa brasileira conheceu vários jornais de cunho humorístico. Cabe destacar O Buscapé, que criticava o carnaval e o calor, além de outros jornais de mesmo formato. Seguindo uma linha mais radical, O Doutor Tirateimas, que não demonstrava respeito por nenhum assunto. Já o periódico O Narciso, de caráter oposicionista, rendia vários ataques a D. Pedro. Jornais como esses, mais “divertidos”, também serviam como fontes de conteúdo, motivando a população e partidos a pressionarem o governo.

O processo de abdicação<sup>2</sup> de D. Pedro foi acelerado com o sucesso dos partidos liberais nas eleições de 1830, ao lado do crescimento da imprensa federalista e republicana. A 7 de abril de 1831, D. Pedro abdicou e deixou sob os cuidados de José Bonifácio a tutela de D. Pedro II, que tinha apenas seis anos de idade. Nesse momento, a burguesia, os líderes partidários e os jornais políticos se voltaram para o liberalismo, saindo em defesa dos direitos dos comerciantes de desenvolverem suas atividades sem a intervenção da Coroa. O jornalismo, agindo como o verdadeiro porta-voz do liberalismo brasileiro, tornou-se o fator de agitação e de promoção da mudança no país. Vivenciando revoltas, o Brasil foi se dirigindo para a Abolição e para a República.

A economia brasileira vivia um momento de insuficiência de recursos, com crises em determinados mercados e queda na renda *per capita*, apesar do período de autonomia política que o país conquistara. Era em meio a esse contexto que se encontrava a imprensa, com seu jornalismo militante e ideológico, atuante nas diversas mudanças revolucionárias.

A pequena imprensa manteve, desde o seu princípio, uma forte relação com o jornalismo político, mesmo não conseguindo se consolidar na busca por uma sociedade democrática. De outro lado, o jornalismo mais voltado para a prática industrial alcançava certa prosperidade. Iniciativas independentes, de aspecto empresarial, já se apresentavam relativamente cedo, com empreendimentos como o Jornal do Commercio e o Diário de Pernambuco, contando com gráficas próprias. Isso reforça a idéia de que “*são as condições*

---

<sup>2</sup> A Abdicação serviu como um impulso para o desenvolvimento da imprensa. A atividade jornalística se expandiu, atingindo diversas províncias do país. Tipografias ganharam novas aparelhagens e o número de diários oficiais se elevou, facilitando a divulgação de atos administrativos.

*econômicas que vão determinar as oportunidades do jornalismo, da indústria cultural que lentamente se delineará*” (BAHIA, 1990, p. 63).

A imprensa oposicionista e contestadora teve relevante participação na chamada Revolução Praieira. Jornais como O Diário Novo, O Nazareno e O Macabeo defendiam a democracia e o regime republicano, o sentimento nativista e exigiam melhores condições para a população, tendo o apoio de intelectuais de esquerda. Antônio Borges da Fonseca, por exemplo, teve ampla militância jornalística e destacada participação militar.

A partir da Guerra do Paraguai, já no governo de D. Pedro II, surgiram novas publicações de linha editorial mais literária e também científica. Apesar da diversificação desse mercado, somente jornais de maior estabilidade conseguiram manter certa durabilidade. A reivindicação da imprensa, que exige maior participação das instituições políticas liberais no desenvolvimento do Brasil foi, de certa forma, aceita. O Império impôs um clima de justiça, visando o bem-estar geral. O compromisso com o progresso fez exaltar as liberdades públicas, caracterizando tal período pela imprensa livre.

A campanha de libertação dos escravos teve abertamente o apoio de jornais de oposição, em contrapartida com a omissão dos veículos mais reconhecidos, devido à influência de proprietários rurais. Jornais do Rio de Janeiro, apesar da pouca duração, também aderiram à luta pela Abolição.

A Província de S. Paulo, mais tarde conhecido como O Estado de S. Paulo, foi fundado em 1875. No Rio, a Gazeta de Notícias começou a ser editada no mesmo ano. Ambos os jornais ultrapassaram o período de um século de existência, alcançando prestígio até fora do país.

Os jornais do Rio de Janeiro, que representavam o centro da produção intelectual da época, procederam com uma renovação em seus equipamentos, o que também ocorreu nas demais províncias, porém com menor intensidade. Cabe observar um procedimento curioso em algumas regiões, onde um capitalismo proveniente do interior passou a investir na indústria cultural, instalando-se nas cidades. Eram os interesses de proprietários rurais nas capacidades da tipografia. Essas alterações no quadro da imprensa brasileira foram melhor percebidas no final do século XIX, onde a pequena estrutura improvisada deu lugar a uma organização sólida e permanente, dentro de interesses de classe. A imprensa de oposição foi sendo lentamente substituída pela lógica industrial capitalista.

Ao longo do período que se estende desde a criação do primeiro periódico, em 1808, até a década de 1880, culminando com a proclamação da República, a atividade panfletária da imprensa era uma característica marcante. A força da opinião, a idéia impressa era o fator que

designava o poder de influência de um jornal. A pequena imprensa era composta por jornalistas polêmicos que ensinavam e instigavam ao mesmo tempo, os chamados panfletários. Bahia sintetiza tal aspecto, afirmando que “*a fase inicial da imprensa é por excelência do panfleto, da discussão desabrida, da artilharia verbal*” (1990, p. 85). Inserido nesse jornalismo político, elaborado por uma imprensa contestadora, dois escritores merecem ser destacados: José da Silva Lisboa, de caráter mais conservador, e Cipriano José Barato de Almeida, de linha mais radical. Persistentes em seus objetivos, tiveram grande importância nessa etapa da atividade jornalística.

Na década de 1880, os ideais republicanos e abolicionistas viram novamente no jornalismo uma importante ferramenta social, o que foi decisivo para a queda do regime monárquico. Esses movimentos mais uma vez afloraram o sentimento nacional, com maior veemência que no próprio processo de independência. Nesses últimos anos do Império, a imprensa republicana assistiu ao que considerou uma vitória sobre D. Pedro II, a instauração de uma legislação eleitoral no Brasil, com a realização de eleições diretas.

Durante toda a história da vida brasileira, a imprensa e os processos que serviriam de base para o surgimento desta estiveram sempre ativos. Os acontecimentos que levaram a grandes mudanças na organização da sociedade tiveram origem em pressões populares e de importantes instituições. Os jornais foram os agitadores dessas transformações, difundindo notícias e opiniões. Inserida no modelo capitalista, a imprensa brasileira pode ser considerada como um agente político de grande relevância, vencendo barreiras como a falta de liberdade e a escassez de recursos.

Contudo, não se pode afirmar que a imprensa brasileira tenha perseguido um modelo único em suas linhas editoriais a partir da instauração da República no século XIX até os dias atuais. Ao contrário, houve uma avalanche de transformações no campo das comunicações ao longo do século XX que acompanharam as mudanças conjunturais e estruturais das sociedades ocidentais, e a sociedade brasileira também seguiu estes passos. Mas, o que de fato contribuiu para todo o processo de reestruturação dessa imprensa está diretamente relacionado ao acesso da população à informação enquanto cultura de massa.

## 2. A COMUNICAÇÃO NA CULTURA DE MASSA

“*Cidade de Deus: PM mata 4 ladrões do carro do lateral Athirson*”.  
Jornal O DIA, 03 de junho de 2005.

“*Roberto Jefferson diz que recebeu R\$4 milhões do PT*”.  
Jornal EXTRA, 15 de junho de 2005.

“*Cocaína para Lady Di: livro afirma que princesa usou droga com ex-namorado*”.  
Jornal O DIA, 29 de junho de 2005.

“*Cedae mata e ainda dá cova rasa*”.  
Jornal EXTRA, 06 de julho de 2005.

### 2.1 Introdução

A questão da cultura vem sendo tema de alguns estudos nas mais diferentes áreas, uma vez que com a finalidade de se entender aspectos ligados à relação do homem com o seu meio, a compreensão da cultura, uma forma de organização que mantém certa coerência entre as mais diversas populações, é de fundamental importância. O sistema cultural não deixa de ser uma estrutura de comunicação, que estabelece duas vertentes básicas, uma de característica oral e outra que se define pelos veículos de comunicação de massa, por *media*. No entanto, esses dois estilos podem ser encontrados integrados, não havendo uma divisão rigorosa (SODRÉ, 1985).

Ao longo da história, importantes mudanças culturais foram observadas, desde a invenção da escrita até mesmo o surgimento da imprensa e de outros canais. Umberto Eco (1976) identifica essa transição entre diferentes “instrumentos culturais” como sendo um momento de crise para o modelo anterior, onde é preciso considerar que o novo atuará em meio a uma sociedade modificada, devido às causas que culminaram com o nascimento dessa ferramenta e também pelo próprio uso desta.

O fenômeno conhecido como *mass media* só tornou-se possível a partir do começo da era industrial, aliado ao momento em que as classes subalternas passaram a ter acesso ao controle da vida associada. O desenvolvimento da chamada cultura de massa acompanhou a multiplicação de veículos midiáticos, como o jornal, o rádio e a televisão, entre outros. Esse longo processo também foi conduzido por algumas mudanças no meio social, como a alfabetização, o desenvolvimento econômico, a industrialização seguida da adoção de novos métodos de produção, além da urbanização.

## 2.2. A cultura e a indústria cultural

Conceituar cultura é uma tarefa um tanto complicada, envolvendo análises de diversos campos do saber. De acordo com o trabalho feito por Muniz Sodré (1985), a cultura envolve aspectos relativos a código e atualizações, possibilitando as trocas no meio social, podendo envolver bens e mensagens entre os homens, e até mesmo transformação e assimilação, nas trocas entre os homens e a natureza. A cultura possui um caráter mediador, funcionando como um circuito que ativa a circulação, o exame e a construção do “real humano”. Contudo, de acordo com os estudos do pesquisador Martín-Barbero, *“a cultura é distância e distinção, demarcação e disciplina, exatamente o contrário de um povo que se definiria por suas ‘necessidades imediatas’”* (2001, p. 272).

Sodré (1985) classifica de dialética a relação existente entre a experiência existencial e o código, onde ambos avançam juntos, um depende do outro. A partir da troca de informações entre esses dois níveis, a cultura poderia ser definida como *“(...) a estrutura que possibilita a dialética código/existência (...), a análise do real e a criação”* (SODRÉ, 1985, p. 14).

O discurso popular tem classificado como cultura aquilo que é conhecido como Humanidades: o saber das artes e das letras. De matrizes aristocráticas, essa cultura “superior” ganhou destaque a partir do século XVI. A cultura, aliada aos intelectuais, conquistou certa liberdade ao se separar da rigorosa ambientação social imposta pelo Cristianismo durante a Idade Média. Foi nessa fase que ocorreu a acentuada separação da existência comum, reservando a cultura somente para os ditos privilegiados. Já no século XVII, a burguesia em ascensão passou a se apropriar do aspecto cultural, com o objetivo de atingir a aristocracia e de se impor definitivamente como classe. O século XVIII marcou o surgimento de certo número de filósofos que se tornaram referência à classe burguesa com posições centrais na cultura, como Rousseau, Voltaire e Diderot. A classe intelectual e a cultura começou a receber o patrocínio burguês no século XIX, quando este setor da sociedade passou a dominar os meios de produção. O século XX marcou o retorno da cultura elevada a uma posição fechada, exaltando a aristocracia de espírito e se distanciando das classes populares.

Do ponto de vista social, a imprensa representou para as classes populares uma possibilidade de garantia de acesso aos bens culturais, utilizando processos e técnicas industriais para produzir tais bens. Alguns autores identificam o acesso dessa parcela da população como um fenômeno da indústria cultural. Contudo, Umberto Eco (1976) reprova a união de conceitos no termo “indústria cultural”. A cultura, que aborda um “sutil contato de almas”, não poderia ser associada à idéia de indústria, que está intimamente ligada à produção

em série, com linhas de montagem, além de se relacionar ao comércio de mercadorias. O espaço urbano também está posto sob a influência da indústria cultural. A cidade teria se transformado em um lugar artificial e complexo, e seria vítima da homogeneização por parte dessa indústria, onde o urbano passaria a ser o contrário de popular (MARTÍN-BARBERO, 2001).

Os primeiros impressos de categoria popular já se iniciam marcados por aquilo que viria a ser conhecido como a primeira característica dos produtos de massa, a efemeridade. Tal aspecto podia ser percebido através da qualidade da impressão, além da falta de informações quanto a data e local, o que se repetia com certa constância. Outro aspecto que se remetia à produção para as “massas” dizia respeito à conotação primária, onde as obras já transmitiam os sentimentos confeccionados, prontos para o efeito que deveriam obter. A publicidade para os textos já vinha implícita nos próprios títulos, que ao mesmo tempo denunciavam sua posição sobre o assunto abordado, chegando até mesmo a transmitir conselhos.

O advento do jornal, com as primeiras gazetas, define com maior precisão a analogia entre a cultura e os condicionamentos externos. O que passou a ser entendido como “veículo de massa” se estabelece definitivamente nessa fase, onde o jornal, considerado um produto dessa indústria, tem a obrigação de sair todo dia com um mesmo número de páginas. O que está sendo veiculado não parte apenas de uma necessidade interior, devendo também dizer o que for preciso para que a quantidade de páginas prevista seja realmente preenchida. Pode-se dizer que esse sistema de condicionamentos é tido como um aspecto característico da indústria cultural, ao qual o operador de cultura terá que prestar contas para que possa comunicar-se com as demais pessoas. De acordo com Umberto Eco, o único jeito de o operador cumprir sua função é colocando-se “*em relação dialética, ativa e consciente com os condicionamentos da indústria cultural*” (1976, p. 14).

A partir de 1930, a América Latina vê a entrada de grandes migrações para as cidades e da hegemonia de uma cultura popular, melhor perceptível com o cinema e o rádio, nos populismos e na industrialização dependente. O cinema se torna o meio mais expressivo para a divulgação do populismo, que em campos culturais, converte-se em nacionalismo. É este cinema que fornecerá imagem e som às identidades nacionais, “*massificando modos de comportamento*” (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 279). As massas urbanas farão uso dessa forma de identidade para sintetizar a cultura tradicional, as imposições e as exigências inerentes à cidade.

O rádio, além do cinema, também fará a ligação entre as culturas camponesas e o plano urbano, sendo um meio de grande eficiência para a difusão de valores de raça e de classe, atuando ao mesmo tempo com a redução da cultura a *slogans*. Apesar de nacionalizar o idioma, o rádio ainda preserva alguns sotaques e tons característicos de cada região. O futebol será considerado outro grande fator de invenção para paixões populares. Com a chegada dos anos 1960, a produção industrial invade a cultura popular, com uma influência cada vez mais ampla, baseando-se em modelos do mercado transnacional. Diversos aspectos são incorporados como propostas, indo desde a incitação ao ideal consumista, com sedução pela tecnologia, até a homogeneização de certos padrões de vida, retornando a conteúdos antigos em uma espécie de “cultura do espetáculo”. É a partir desse período que a publicidade passará a apresentar um papel de grande relevância, atuando, conforme a identificação de Martín-Barbero, ao transformar:

os produtos comerciais em instituições domésticas ao mesmo tempo em que contribui para mitificar um ‘progresso’ tecnológico que nas condições econômicas das classes populares se traduz em desvalorização cotidiana de seus saberes e suas práticas. (2001, p. 280).

Inserindo-se nessa nova ordem cultural, a televisão assume então, a posição de principal interlocutor com a população. A mídia televisiva passa a controlar a temporalidade das coisas, tanto falas como utensílios, decidindo sobre o que é válido ou não para o gosto das pessoas, aquilo que pode ser atual ou que já está ultrapassado. Na busca pela atualidade, esse veículo não leva em consideração os ritmos, tentando transformar tudo em contemporâneo. A televisão é criada atendendo ao modelo de uma modernização única para todo o país, estando submetida à caracterização estrangeira, especialmente a norte-americana. Seu caráter padronizador unifica a fala nacional, passando a eliminar as ditas entonações regionais. Por outro lado, foi essa mesma televisão que tornou possível a modernização das grandes massas à margem do desenvolvimento.

### **2.3. A cultura voltada para o consumo**

A oposição já bem difundida entre a chamada “cultura de massa” e a “cultura superior” pode ser considerada como impropriedade. Ambos os níveis culturais dividem a

mesma matriz; o código<sup>3</sup> é o mesmo, o que difere é a adaptação que ele recebe na cultura de massa para ser acessível ao consumo heterogêneo de todas as classes sociais.

A mensagem voltada para receptores dispersos e diversificados precisa “*simplificar-se a um denominador comum, para ser entendida por todos*” (SODRÉ, 1985, p. 16). A citada adaptação do código voltado para a produção de mensagens de massa diz respeito à simplificação, sendo válido também dizer do empobrecimento deste a fim de elevar o índice de percepção por parte da população que recebe tais mensagens. Ao mesmo tempo, é em decorrência desta adequação que a informação original, proveniente da cultura tradicional, perpassa por este dito empobrecimento.

A transferência da comunicação oral para o sistema de *media* não alterou o controle sobre a cultura humanística, que continuou pertencendo à mesma classe que a financiara anteriormente. Essa classe detentora passou a procurar padrões na cultura tradicional para definir o que seria transmitido através dos novos veículos. Com isso, pode-se perceber que a comunicação de massa não significou a implantação de uma cultura totalmente nova, que divergisse da “elevada”. Considerada uma espécie de extensão, essa vertente cultural insere-se na sociedade capitalista por meio de sua marca industrial, preparando-se para o consumo de massa. Suas características transnacionais, com seus modelos a serem seguidos e copiados, determinam a cultura de massa como uma cultura de mercado, que se vende (SODRÉ, 1985).

O desprezo por parte da classe elitista com relação à cultura de massa pode ser explicado pela superficialidade com que fatores estéticos e cognitivos são tratados na cultura de massa. A parte cognitiva é exemplificada por notícias jornalísticas. Já a estética é traduzida em espetáculos e diversões, que estão ligadas a desejos do próprio consumidor, por isso a identificação e a atração com determinadas mensagens. Esse fator é perceptível com maior intensidade nessa cultura do que se a compararmos com a cultura elevada. A relação estética se desenvolve a partir da participação do espectador, e na comunicação de massa a participação psicoafetiva do público é relativamente maior. Esses fatores estabelecem na cultura de massa uma relação um tanto confusa, uma vez que este vínculo pode ser descrito como intenso e pouco importante de uma vez só. Muniz Sodré explica isso através do caráter provisório e pela influência “micromutacionista” do fenômeno, “*onde milhares de fragmentos culturais bombardeiam o indivíduo na sociedade moderna, sem formar um corpo sistemático e coerente de conhecimentos, como na cultura tradicional*” (1985, p. 17).

---

<sup>3</sup> Tanto na cultura de massa como na cultura erudita o código utilizado é estético-cognitivo, ou seja, ele conduz ao conhecimento cumulativo do saber humanístico, no entanto, ele guia as condutas e percepções do indivíduo, seguindo modelos estéticos consagrados (MORIN, *apud* SODRÉ, 1985).

Esse tratamento pode ser observado nos jornais que foram selecionados e estudados para desenvolver a pesquisa. A escolha de dois jornais específicos – EXTRA e O DIA – não foi aleatória. Optou-se por veículos de comunicação de massa impressos que apresentassem características com apelos identificados à cultura de massa, de baixo custo, de aceitação popular e com grande visibilidade das massas. Em seus exemplares, pode-se perceber que a informação jornalística, inserida na cultura de massa, apresenta-se comumente dirigida seguindo uma linha generalizadora, voltando-se para grupos sociais indistintamente.

Na cultura de massa, a informação é vista como um intento político, devendo promover o convívio do cidadão com setores da sociedade, reordenando sua experiência enquanto parte integrante do meio social. Nesse ponto, o empenho e a cobiça do sistema de comunicação se tornam imprescindíveis para uma melhor compreensão e análise dos chamados produtos da cultura de massa. Por isso, deve-se dar destaque a aspectos relativos a ideologias predominantes, a interesses envolvidos por trás das empresas e à própria publicidade, entre outros. A relação entre o consumidor e o produtor fica condicionada por essas intenções, o que acaba produzindo uma mensagem específica em certo grau, de intensidade mais elevada do que na cultura tradicional. A partir disso, a cultura de massa pode ser vista como mais democrática em comparação com a mais erudita.

Essa cultura dos veículos de massa é considerada um evento industrial, passando por condicionamentos característicos de uma indústria. Os meios de comunicação assumem traços marcantes de um sistema sócio-econômico baseado na livre concorrência, como o fato que determina uma relação comunicativa, onde se recorre a instrumentos industriais a fim de se comunicar com amplas massas. Tal cultura, como pode ser percebido, encontra-se submetida aos grupos de poder econômico, sendo guiada pelas leis que regulam a fabricação e o consumo dos demais produtos industriais. Os “fins lucrativos” acabam justificando os meios utilizados, a lógica estabelecida. Por isso o consumidor precisa ser induzido ao consumo progressivo dos produtos ofertados. Estes acabam desprovidos de características culturais e são inseridos numa relação de persuasão entre quem produz e quem consome (ECO, 1976).

No final da década de 1960, passou-se a verificar que os meios de comunicação existentes adquiriram uma concepção instrumentalista, sendo convertidos em métodos de ação ideológica, o que os privou de uma materialidade institucional e de certa densidade cultural. Ainda ficou estabelecida uma relativa moral sobre os meios, que variava de acordo com o seu emprego, transmitindo um aspecto negativo no momento em que eram controlados por oligarquias reacionárias, podendo, no entanto, redimirem-se ao passar para as mãos da classe proletária. Esse ideal também esbarrava na crença de que tais meios, por já nascerem

inseridos na lógica capitalista, não abandonariam seus princípios. Martín-Barbero (2001) explica a relação existente entre emissores-dominantes e receptores-dominados como terreno fértil para a passividade do consumo e a alienação sem contradições ou conflitos durante a recepção da mensagem-texto. Essa questão torna-se importante uma vez que a partir da ideologização dos ditos meios, só é possível analisar os processos relativos aos “*rastros do dominador*” (MARTÍN-BARBERO, 2001, p. 291). Da década de 1970 em diante, os meios de comunicação passaram a receber, cada vez mais, um status estratégico no meio social, ganhando destaque tanto na circulação como na produção.

A transnacionalização ocorrida nas últimas décadas do século XX não se remete apenas a uma extensão ou especificação do antigo modelo imperialista, mas apresenta-se como uma questão inerente a uma nova fase do capitalismo em desenvolvimento. A comunicação passa a ocupar função essencial nessa nova etapa, acompanhando tendências impostas pelo sistema, que buscava então a internacionalização de um modelo político, e não mais a implantação de um modelo econômico.

O processo pelo qual a cultura oral acaba sendo incorporada pelos meios de comunicação de massa pode ser descrito como intencional. O folclore e a memória coletiva são transformados pelo sistema ideológico, que mantém somente os pontos mais propícios “*à inoculação da consciência histórica da classe dominante*” (SODRÉ, 1985, p. 22). Um aspecto curioso e, *a priori*, incoerente, reside-se no fato de que a cultura de massa procura estimular o surgimento de necessidades por meio de padrões sócio-culturais adaptados e importados, apesar de se encontrar em países de situação econômica desfavorável. Esses estímulos são baseados em mecanismos psicossociais, que variam de aspectos como um espírito de conciliação, um otimismo e um personalismo generalizado, o gosto pelo verbalismo, até certa transigência em termos de relações étnicas. Os métodos existentes na comunicação estão voltados para o interesse consumista, mantendo um sistema de inércias para submeter a população ao consumo.

A questão do consumo é de total relevância para uma análise bem fundamentada acerca da mediação de massa, não devendo se restringir apenas à distancia entre as mensagens e seus efeitos, mas também levando em consideração os processos sociais que conduzem ao consumo e à apropriação de produtos. Por isso, essas observações devem ser realizadas no próprio espaço das práticas cotidianas, que é exatamente o lugar onde se efetuam tais transformações e eventos, perpassando desde o estudo crítico da consciência do possível e do inatingível até a refutação desses limites e vontades.

O processo de consumo está relacionado à posse e aos usos dos objetos, que se dá em meio a um ambiente de luta, onde tais produtos adquirem forma social e recebem demandas da atuação de diferentes estâncias da cultura. Martín-Barbero elabora uma síntese desse ponto de vista, classificando o consumo como um espaço não apenas de “*reprodução de forças, mas também produção de sentidos*” (2001, p. 302).

#### **2.4. A cultura para as massas**

Inseridos em um modelo econômico característico pela constante instabilidade, os meios de comunicação de massa vêm na publicidade um importante financiador, que os utiliza de acordo com seus interesses. O sistema que acompanha a cultura de massa envolve uma série de questões, que perpassam por assuntos ávidos tanto dos governos como de empresas comerciais, a mitificação da cultura oral, a desintegração da cultura elevada e a projeção da formação psicológica da classe elitista através dos veículos de massa (SODRÉ, 1985).

Ao longo da história brasileira, a oralidade sempre se mostrou uma das técnicas básicas de conciliação e dissuasão, principalmente em meio a grandes massas analfabetas do interior. Essa comunicação sempre foi marcada por um sistema oral, deixando a imprensa sem uma penetração significativa em uma classe social que mal sabia ler. É a partir desse dado também que se pode explicar o aparecimento das primeiras ilustrações nos jornais, buscando atrair a atenção até mesmo da parcela analfabeta da população.

Além da queda da Velha República, a década de 1930 assistiu ao mesmo tempo ao surgimento dos primeiros sinais da cultura de massa no Brasil. Grandes projetos industriais tiveram início e o rádio já possuía uma grande popularidade. O público de massa se formava com o crescimento das classes médias urbanas, juntamente com o proletariado. É possível identificar nesse período certa oposição entre uma ideologia de consumo com grandes despesas, que caracterizava essa fase inicial da cultura de massa, e uma ideologia voltada para os valores inerentes à produção e ao desenvolvimento. Esta última procurava dar destaque à participação de todos na industrialização, promovendo a mudança da imobilidade social e o estímulo à poupança. O governo demonstrou-se ineficiente e a população conformada, permanecendo no modelo de imobilidade.

A diversificação do sistema industrial proporcionou ao Brasil, a partir de 1940, uma diminuição do número de importações de bens de consumo. Entretanto, os grupos de baixa renda não foram absorvidos suficientemente como mão-de-obra, e apenas as classes mais

elevadas é que puderam participar efetivamente do consumo estabelecido. Esta última parcela da sociedade começou, então, a consumir padrões da cultura de massa dos países desenvolvidos economicamente, além de difundi-los para o resto da população. O consumidor, apesar de não ter recursos financeiros para adquirir determinados produtos, passa a ser iludido pela publicidade, com a instituição de crédito. Conforme a afirmação de Sodré (1985, p. 26), essa baixa camada social não tem “*status econômico para assumir as compulsões da moderna sociedade de consumo, mas é levada a pensar que tem pelo sistema da cultura de massa brasileira*”. Os meios de comunicação, incorporados aos ideais da lógica de mercado, fizeram uso da velha consciência coletiva<sup>4</sup> a fim de, cada vez mais, gerar estímulos para o consumo. De traço marcadamente imobilista e alienante, os veículos de massa procuram impor uma realidade mítica, onde o lazer seria o seu principal objetivo; tudo isso em meio a uma inconstância econômica e a outras inúmeras dificuldades.

Em uma discussão acerca do fenômeno da cultura de massa, as críticas devem ser ponderadas, mantendo um certo equilíbrio. Por outro lado, é válido ressaltar que em determinadas manifestações de intolerância relacionadas à cultura de massa, há sempre uma raiz de cunho aristocrático, onde se encontra, logo de início, um traço de repulsa pelas massas em si, e não pela cultura dirigida para essas. A crítica, de acordo com o estudo realizado por Eco (1976), é baseada na redução de elementos da cultura tradicional em objetos de consumo, que tenham valores comerciais, sem se prender tanto ao baixo nível e ao valor estético de tais produtos.

Os chamados *mass media* são fundamentados em médias, o gosto popular é analisado a partir desse aspecto, uma vez que tais veículos são voltados para grupos heterogêneos. Essa cultura de caráter único acaba dissolvendo traços culturais específicos de cada grupo. Esses receptores, como um público, somente aceitam as propostas dos meios de comunicação, sem ter a consciência de que representam um grupo social e de que podem fazer exigências. Quando os *mass media* parecem dar a impressão de que passaram por alterações estilísticas, estão, na verdade, se adaptando à difusão de formas e estilos já difundidos na cultura superior há algum tempo e que agora foram transferidos para o nível de massa. As emoções já aparecem confeccionadas. Os veículos procuram provocá-las, em vez de apenas representá-las, fazendo uso da imagem e da música, que deixam de ser apenas contempladas e passam a atuar efetivamente, estimulando sensações.

---

<sup>4</sup> De acordo com Sodré (1985), a consciência coletiva nacional é constituída pelo conjunto de modelos de comportamento, que podem diferenciar regiões e períodos, indivíduos e classes.

Ao serem observados a partir da lógica de mercado, os meios de comunicação transmitem o que o público tem que querer, sempre de acordo com a ação persuasiva da publicidade e sua economia de consumo. Para veicularem elementos da cultura superior, os *mass media* os nivelam, para que esses não representem nenhuma dificuldade para o entendimento das massas. Com isso percebe-se que tanto objetos da cultura superior como produtos de entretenimento são postos no mesmo nível na cultura de massa. Não é dado um destaque a uma visão crítica do mundo, estimulando uma passividade por parte da população e dissolvendo qualquer possibilidade de conscientização histórica, dando crédito constantemente ao presente.

O lazer e o entretenimento acabam viciando a atenção dos receptores, acostumados com sua superficialidade. A experiência de cada indivíduo acaba sendo reduzida pelos veículos de massa, que impõem mitos e símbolos simples e universais, que são rapidamente reconhecidos, sem a necessidade de uma reflexão sobre eles. Com opiniões comuns, tais meios demonstram uma posição conservadora e até mesmo conformista, tratando dos mais diversos assuntos e costumes. Os *mass media*, podendo ser considerados ferramentas educativas, teriam a capacidade de atuar com finalidades de controle e planificação das consciências da população. Esse último aspecto fica disfarçado pela sensação de bem-estar onde o acesso à cultura é igualitário.

Ao tentar apontar pontos positivos da cultura de massa, deve-se prestar atenção nos fatores destacados, uma vez que esses podem, acima de tudo, funcionar como uma defesa de cunho ideológico, sob a ordem do consumo. Por isso, torna-se necessário estabelecer tais pontos relativos a cultura de massa, baseados nos estudos de Umberto Eco.

A cultura de massa caracteriza-se como um modelo típico de uma sociedade industrial, no entanto, ela não se remete diretamente a um regime capitalista. A sua adequação ao gosto da média está relacionada ao sistema socialista, apresentando aspectos que vão desde esse nivelamento, passando por uma comunicação paternalista, até uma estética conservadora.

A veiculação de informações acerca do presente na cultura de massa coloca-se como uma recente forma de acesso aos elementos culturais por parte de parcelas da população que até há pouco tempo encontravam-se excluídas de assuntos da vida em sociedade. A quantidade de informações difundidas por esses meios poderia representar certo acréscimo qualitativo na formação de uma pessoa, uma vez que essa seria estimulada todos os dias pela veiculação de vários dados.

A intensidade com que muitos elementos da cultura são difundidos, comprometendo a capacidade de recepção dessas mensagens, pode ser descrita como um aspecto freqüente ao

longo de todas as épocas onde o consumo esteve presente, o diferencial é que a partir das últimas décadas do século XX esse processo passou a acontecer em escala muito mais elevada. Os meios de comunicação também são capazes de promover agitações culturais, já que disponibilizam de muitas informações, apesar de indiscriminadamente, podem sensibilizar as pessoas e torná-las mais participantes do que antes do contato com esses dados.

Esse fenômeno conhecido como cultura de massa trata-se de uma questão de caráter industrial, precisando de condições e fatores característicos da indústria. Ela acaba ficando submetida às leis econômicas reguladoras de fabricação, de saída e de consumo dos outros produtos (ECO, 1976). Os produtos, que são destinados a todos sem distinção, são tidos como aculturais e são postos para o consumo a partir de uma relação entre quem produz e quem consome.

Umberto Eco (1976) ajuda a formular uma problemática mais adequada em relação à cultura de massa. Ao invés de se pensar se tal fenômeno é bom ou ruim, deve-se refletir acerca da possibilidade de que os meios de massa venham a difundir valores culturais. Ainda cabe ressaltar que não é totalmente inviável que uma intervenção possa contribuir para melhorar a estrutura desse sistema. É preciso que se utilizem os produtos que atualmente são voltados apenas para o consumo em uma lógica destinada a produção cultural. O principal problema da cultura de massa é que esse controle é exercido por empresas com interesses lucrativos, onde o que é veiculado é aquilo que se considera mais vendável.

Os jornais “EXTRA” e “O DIA” refletem com bastante nitidez o problema apontado por Eco. De origem privada, este veículo de cultura de massa, cumpre o papel a que se destina enquanto mercadoria – o seu consumo. A figura I da página seguinte ilustra com propriedade esta questão.

Uma perspectiva de mudança se basearia em uma intervenção nas comunicações de massa, por parte das próprias comunidades culturais. Isso pode ser explicado pelo fato de que em termos de valores culturais não são aplicáveis idéias reformistas, mas sim processos progressivos de conhecimento. Tal aspecto também pode ser observado na circulação de idéias, onde há sempre uma ampliação do discurso. São necessárias cada vez mais interferências que colaborem e que analisem criticamente, mas com uma finalidade construtiva. A partir disso, seria possível colocar a cultura ao nível de todos, fazendo com que a relação paternalista se tornasse dialética, quando os produtores passariam a interpretar as instâncias da massa (ECO, 1976).

Figura I – Capa do jornal “O Dia” (20/07/2005).

**13º EM CAXIAS**  
 Abonaval ser pago em dezembro. Veja o calendário divulgado pela prefeitura

**O DIA**

ESCORTE O SEU SELO  
 19

13ª EDIÇÃO  
 ARY CAVALLAD (1 894-2003)  
 QUINTA-FEIRA, 20 DE JULHO DE 2005 ÀS 6h30 - Nº 18.267  
 R\$ 7,30

---

HOJE



NOVO CÓDIGO DE TRÂNSITO

O DIA + R\$ 3,90

## MENSALÃO: LISTÃO JÁ TEM 33 NOMES E R\$ 30 MILHÕES

Documentos entregues à CPI dos Correios mostram que deputados, assessores e parentes de parlamentares fizeram saques em contas de empresas de Marcos Valério, acusado de distribuir o mensalão. Dinheiro saiu de agência do Banco Rural em Brasília. So um dos saques chega a R\$ 10 milhões. Na lista, estão o chefe de gabinete do líder do PP na Câmara dos Deputados, que retirou R\$ 1 milhão, a mulher do petista João Paulo Cunha, ex-presidente da Câmara, e também o deputado e ex-bispo Carlos Rodrigues (PL). **PÁGINA 10, 102 e 103**

---

HOJE TEM

INTERNET & CIBERCRIMINAL



Eles batem um bolão

RONALDO QUE SE CUIDE: VEM À UMA GERAÇÃO DE CRAQUES ROBÔS

3.145

OFERTAS

### CLODOVIL ESCAPA DE SEQUESTRO

Polícia localizou o cativo no onde uma família inteira estava sequestrada – incluindo uma criança de quatro anos – e acabou descobrindo plano para capturar o apresentador. Autoridades alertaram Clodovil. **PÁGINA 14**





Touro do Rei rende R\$ 1 milhão por ano

PÁGINA 2

---

## CORÉIA, A FAVELA EXPLOSIVA



POLICIAIS civis fizeram operação, ontem, na Favela da Coréia, em Senador Câmara, para fechar uma fábrica clandestina de bombas dos traficantes do bando do Robinho Pinho. No sábado, um bandido morreu numa explosão no imóvel. A polícia não encontrou nem explosivos nem drogas no local. **PÁGINA 3**

---

## Chefão da Rocinha prepara outra farra para sábado

Depois de festança por seu aniversário, que reuniu bandidos de sete favelas e provocou pesados confrontos com a polícia no fim de semana, o traficante Bem-Te-Vi agora prepara o 'antártico-dos-ossos', para terminar de consumir o estoque de carneja. 'Corvita' e feito por radiotransmissores da quadrilha. **PÁGINA 12**

---

DEPOIS DA BURLA CÍTRICA... (ou um outro)



Dennis

COLEÇÃO DE FÉRIAS

DOMINGO, DIA 24

DENNIS O PIMENTINHA

O DIA + APENAS

R\$ 9,50

= EM DVD

APRÁSÃO NA AVENIDA BRÁSIL  
 Rapaz morto atropelado por bandidos em fuga

PÁGINA 12

---

GOLPE NOS PIRATAS  
 Apreendidos 5 mil tênis no camelódromo

PÁGINA 4

RIO EM CAMPO

Renato estréia no Vasco. Flu e Fogão jogam

FÔRÇA, PÁGINA 1, 2, 12

Confira

nessas ofertas neste jornal.



BAHIA

---

MORTE EM BRINA DE VEZINHOS  
 Engenheiro acusado de matar a esposa em 10º andar

PÁGINA 18

MORTE SÚBITA EM CAMPO  
 Jogo de rãim ataca cardista após fuzilagem de pênalti

PÁGINA 2

Os diferentes níveis de culturas estabelecidos na sociedade não são tão fixos assim. Convergências são perceptíveis em muitos casos. Um mesmo produto é passível de ser consumido em vários níveis. Isso revela que a estética pode variar dentro do próprio nível ao qual estaria vinculada. A diferenciação entre os produtos não está remetida a uma discussão em termos de valores e sim em termos de posse, onde cada indivíduo se coloca de acordo com sua necessidade específica em determinado momento. Nessa circunstância de procura é que se entende a diferenciação entre os níveis, cabendo ressaltar, conforme Eco (1976), que a divergência está na procura e não em quem procura. A fim de se alcançar um progresso na qualidade dos valores veiculados, é preciso partir do princípio de que os níveis se complementam e pertencem ao mesmo conjunto.

Apesar dessas propostas mais gerais, uma ação político-social é, ao mesmo tempo, imprescindível. Essa medida precisa reconhecer, acima de tudo, a equivalência entre os mais variados níveis culturais. Torna-se essencial pensar em melhorias para a vida do simples “consumidor”, que, geralmente, possui baixa escolaridade, além de ser colocado no trabalho em meio a uma lógica de alienação.

Ao longo da história do Brasil, muitos jornais e revistas foram criados, enquanto muitos outros desapareceram. Já nas décadas finais do século XX, era possível constatar-se um pequeno número de jornais de nome, fenômeno acompanhado pela oligopolização da imprensa nacional. Por outro lado, as revistas, levando-se em consideração a sua finalidade e sua periodicidade, elevaram o seu número de exemplares e passaram por um processo de especialização. Ao contrário da televisão e do rádio, os jornais não atingiram proporções nacionais em termos de território.

Os jornais passaram a apresentar uma intensa uniformidade, atuando, de acordo com Sodré (1999), na tarefa de esconder a realidade, ou até mesmo, de deformá-la. Essa característica acabou por fazer com que tais meios de comunicação perdessem certa credibilidade, colocando sob uma ótica um tanto alienada.

Na imprensa contemporânea, são distinguidos basicamente dois “níveis” de veiculação de notícias. Uma determinada parcela dos jornais em circulação tem como público leitor os segmentos médios e altos da sociedade, enquanto outra parte se destina aos estratos menos aquinhoados e ditos “populares” do meio social. Esse fenômeno pode ser entendido na medida em que se observam esses setores que dominam a grande imprensa apostando no consumo de massa. Por isso, não investem em produtos jornalísticos e impressos que valorizem uma estética menos poluída, onde as imagens não “briguem” entre si, valorizando o

papel da imprensa como um meio de comunicação, como é o caso da figura II que reproduz a capa do jornal O DIA.

Figura II – Capa do jornal “O Dia” (17/07/2005).

**EMPREGOS**  
**10.104**

DESCRIÇÃO DE TRABALHO, SALÁRIOS E CONDIÇÕES  
DE TRABALHO, CAPS E FOMENTOS 2.0.2

# O DIA

DOMINGO, 17 DE JULHO DE 2005 R\$ 2,50 Nº 19.384

RECORTE O SEU SELO

**ISSUES**  
**16**

**DOMINGO** R\$ 2,50

**COLEÇÃO DE FÉRIAS**



HOJE  
**BUD2**  
O ATLETA  
DE OURO

O DIA  
APENAS  
**R\$ 9,50**  
UM DVD

## BLINDADO É CAPAZ DE IDENTIFICAR ALVO NO ESCURO

# PM compra super-helicóptero para ataque noturno a favelas

Com tecnologia do Primeiro Mundo, a aeronave está sendo montada em Minas Gerais e será usada pela polícia do Rio para combater traficantes no alto dos morros e inverter a posição de desvantagem em que policiais se encontram hoje.



**UMA câmera com oco** superpoderoso capta e grava imagens. À noite, ao escuro, ela consegue ler placas locais, pessoas pela captação do calor.


**COM capacidade** até para 10 pessoas, o helicóptero tem 18 rotas para combater o crime de favelas. O Rio de Janeiro tem a maior frota de helicópteros no Brasil.

**ACROMOVIC também** com as cores da aeronave que até hoje era usada para a segurança de grandes eventos em favelas.

### PRESO BANDIDO QUE ATERRORIZOU WILLIAM BONNER E FÁTIMA BERNARDES

Ladrão da pistola dourada é da Rocinha e foi reconhecido pelo apresentador da Globo

Quando soube que o assaltante usava camisa do Atlético-PR, Bonner, que torce para o São Paulo, campeão da Libertadores em cima do time paranaense, ironizou: "Perdeu de novo".




**WILLIAM BONNER** ironizou: "Perdeu de novo".  
**WILLIAM BONNER**, "Tico-tico e a fitado".

**EM FORMA NO FRIO**



**ANA DE OLIVEIRA**, ex-juíza do "Está é o Rio do Heil", de dicas de serviço aos seguidores no Twitter.

**Valério financiou eleição de Aécio Neves**

Denúncias da revista Época e da Folha de S. Paulo mostram que Marcos Valério teria financiado campanhas do PSDB, como a do governador de Minas. O ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares disse que todas as campanhas do partido, fora a de Lula, usaram o CIG 2.

**MINEIRINHO**

**EU BOTEI NA FORÇA NA BOTA NA BOTA DE TODO MUNDO. SÓ...**



**CONFIRA** nossas ofertas neste jornal.

**IMÓVEIS**

1.626

OFERTAS

**AUTOMANIA**

3.860

OFERTAS

### **3. VIOLÊNCIA URBANA E REPRESENTADA**

A questão da violência urbana tem sido comumente considerada como um dos grandes problemas da sociedade contemporânea. Suas discussões permeiam diversos campos do saber, mas a complexidade existente se deve à dificuldade de se compreender de que maneira ela se manifesta nas relações humanas. Ao envolverem-se aspectos como intencionalidade e força, a violência pode ser classificada como uma ação intencional que pode provocar algum mal-estar, utilizando a força sem atentar para as consequências das atitudes (PINHEIRO & ALMEIDA, 2003).

Comenta-se que o número elevado de atos de violência nos grandes centros urbanos está mais concentrado em áreas onde a pobreza revela-se marcante, onde a população periférica enfrenta péssimas condições de vida. Esse quadro, em meio a situações de desemprego, deficiência alimentar, além de outros acentuados problemas, representa uma forma de violência que se exacerba com a ausência do Estado. Sodré (1992) identifica situações semelhantes a essa como “*violência invisível, violência institucional ou estado de violência*”. A falta de ações efetivas por parte do Poder Público transforma essa condição de violência em contínua e irremediável. Ao ser analisada por outro aspecto, essa questão se agrava quando se observa a maneira como a Justiça está estruturada, distorcendo o papel da Polícia, onde a violência passa a ganhar visibilidade, com os casos de assaltos, mortes e outros crimes, os ditos atos de violência, gerando situações de marginalidade e delinquência.

De certa forma, essas situações não devem ser reconhecidas única e exclusivamente como formas de defesa às condições impostas pela ausência do Estado e resposta a circunstâncias hostis, ao mesmo tempo. Torna-se imprescindível analisar como se desenvolve essa atmosfera de violência nas sociedades, em que a divisão de classes se pauta na propriedade privada dos meios de produção, fortalecendo o embate entre os diferentes segmentos sociais, gerando a violência social. Segundo Sodré (1992), a violência social poderia ser classificada em dois tipos fundamentais: o emprego da força física caracterizaria a violência direta, enquanto que a violência indireta apresentaria as formas de pressão sobre os diversos planos, podendo também levar a ameaças de emprego de força.

#### **3.1. Identificando a violência**

Existem linhas de pensamento que realizam uma abordagem sobre a violência, procurando entendê-la como uma rede, onde possibilidades de se negar e de se realizar a

cidadania encontram-se entre fatores de superação e de dominação. Nas mais variadas formas de relações humanas, a violência se apresentaria como uma manifestação na interação entre indivíduos ou grupos, acarretando em prejuízos tanto da ordem física, moral, emocional como espiritual. Essa questão pode ser vista como intrínseca às limitações e violações dos direitos pessoais, ao mesmo tempo em que também pode ser considerada como meio de resistência dos excluídos. As diferentes formas de violência são manifestações no ambiente social, a partir de conflitos ocorridos nesse mesmo espaço (NJAINÉ, 2004).

O fenômeno da violência não pode ser considerado como único, é uma questão de múltiplas faces. Sua etimologia indica uma derivação da raiz latina *vis*, que significa “força”, a palavra em si provém do latim *violentia*, que indica “impetuosidade” e “veemência”. Essa noção acerca da origem da palavra faz referência ao uso da força, da superioridade física sobre os outros. Ao buscar uma compreensão mais clara sobre essa noção da violência, a pesquisadora Cecília Minayo chama a atenção para a análise dos eventos violentos, relacionando-os “*a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e à busca de domínio e aniquilamento do outro*” (MINAYO & SOUZA, 2003, p. 25), merecendo destaque também o fato de que são as ferramentas legais com suas normas ou os costumes já naturalizados que aprovam ou desaprovam essas manifestações de violência, considerando-as válidas ou não. Diferentes realidades, variando no tempo e no espaço, remetem-se a diferentes maneiras de violências. Ao longo da história do homem, a violência foi adquirindo novas formas, complexas, fragmentadas, porém articuladas, incidindo sobre os mais diversos aspectos da vida pública e privada.

De acordo com Minayo (1990), a violência social é classificada em quatro formas distintas e se manifesta de modo específico nas diferentes sociedades: violência estrutural, violência cultural, violência da delinquência e violência da resistência. A violência estrutural está relacionada às estruturas institucionalizadas da família e aos sistemas políticos, culturais e econômicos, onde se pode perceber a opressão “naturalizada” de grupos dominantes sobre classes e indivíduos, visando os próprios interesses. A dita violência cultural coloca-se nas relações étnicas, etárias, institucionais e raciais, em decorrência da violência estrutural manifestada nessas interações. Ao ser identificada pelas atitudes transgressoras de leis reconhecidas no meio social, a violência da delinquência tem inúmeros aspectos como fator de causa e precisa ser analisada a partir da violência estrutural, considerando variáveis históricas. A partir destas formas de violência é possível se distinguir uma outra, a violência da resistência, que se apresenta como uma espécie de resposta agressiva à dominação de certas classes, à opressão provinda da violência estrutural.

Os pesquisadores Pinheiro & Almeida (2003) identificam quatro sentidos básicos na análise da violência. Inicialmente a agressão física; acompanhada-a a força física através do uso de armamentos, sendo um dos sentidos mais “reconhecido”. O papel do Estado pode ser percebido como um terceiro sentido, porque além de dispor da violência nos dois sentidos anteriores, ainda tem a capacidade de impor ameaças como consequência a qualquer forma de infração legal. Esses autores chamam a atenção para esse último ponto, onde a palavra violência não é a melhor expressão do sentido, uma vez que tal “força” tem caráter constante e autorizado, como um instrumento válido perante a Lei. O último sentido destacado diz respeito à veiculação de fatos violentos na mídia, com uma representação um tanto dramática de tais acontecimentos. A Organização Mundial de Saúde (OMS) também estabeleceu uma vasta definição acerca do fenômeno da violência:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (OMS, 2002, p.5).

As atitudes de violência ganham diferentes características, sendo classificadas como públicas ou privadas, reativas ou proativas, criminosas ou não. A partir do conceito proposto pela OMS, esses atos passam a ser considerados violentos quando são resultados de uma relação de poder, podendo haver ameaças e, até mesmo, negligências. Entretanto, abre precedentes para que não sejam também consideradas as violações de direitos civis, como omissão e práticas de tortura, uma vez que esse uso do poder “não seria intencional”.

Os vários significados desse complexo fenômeno apontam para a real necessidade de se analisar e procurar entender todo o contexto em que uma situação de violência se inclua. Pinheiro & Almeida (2003) colocam que para se indicar a emergência da violência, torna-se essencial uma combinação de fatores que venham a intervir em diversos níveis, tanto no individual, no familiar como no meio comunitário. Como possibilidade de atenuar tais violências, seria preciso intervir nos mais diferentes níveis, considerando aspectos como desigualdade entre sexos, entre classes sociais, a acomodação por parte das pessoas com a violência existente, além do simples acesso aos armamentos e munições, entre outros fatores existentes na sociedade. O próprio ambiente ao redor tem importante participação na formação de todas as formas de comportamento, incluindo a tendência criminal.

A fim de se estabelecer uma relação entre as mais variadas formas de violência, pode-se dividi-la em três categorias: a violência cometida pelo indivíduo contra ele mesmo, onde

são comuns os suicídios e automutilações; a violência contra outra pessoa ou outro grupo; e a violência coletiva, executada por grandes organizações ou conjuntos. Inseridos nessas categorias, os atos de violência têm origem física, sexual, psicológica ou ligada à privação, cabendo destacar que no caso da violência auto-infligida, os atos são sempre de características físicas (OMS, 2002).

Discute-se com certa frequência o papel do Estado no que diz respeito ao controle da violência em grandes centros urbanos. As instituições de controle social, podendo-se citar a polícia, o Judiciário, as prisões e as casas para recuperação de menores marginais, não demonstram capacidade diante de quadros em algumas regiões onde a violência apresenta parâmetros praticamente epidêmicos, deixando o Estado sem condições de oferecer respostas a essa problemática. A incapacidade do Estado foi sendo agravada pela atuação de outros fatores, que tornaram pública a inadequação das políticas governamentais no que diz respeito ao controle da violência. Tal incompetência para reformar as instituições acompanha o crescimento dos indicadores de violência, sabendo que essa reforma não representaria a solução para as questões, mas representa um dos principais aspectos no contexto da violência. Pinheiro & Almeida discutem acerca da atuação dos governos, refletindo sobre as incapacidades de atender às necessidades da população, inserida inevitavelmente nesse “ambiente de violência”:

Essa incapacidade, omissão ou conivência dos governos se faz crescer de um estado de não-direito para a quase totalidade da população – ou seja, a ausência de acesso às garantias e aos direitos civis básicos elencados na Constituição e nas leis. Terminada a ditadura militar, o governo e as organizações da sociedade civil ainda não tiveram condições para consolidar o Estado de direito. Continua a prevalecer uma violência endêmica (expressa em altíssimas taxas de homicídios, graves violações dos direitos humanos, torturas e execuções sumárias), consagrada pela impunidade. Apesar de algumas tímidas iniciativas governamentais positivas, os esforços institucionais não têm prevalecido, e o Estado de direito continua uma realidade distante para as cidades brasileiras. (2003, p. 34).

Em decorrência da acentuada situação de desigualdade existente entre as classes detentoras do capital financeiro e, conseqüentemente, dos meios de produção, e as demais parcelas da população, excluídas do modelo de desenvolvimento social, no Brasil, constata-se um dito senso comum que remete a problemática da violência diretamente “às grandes contradições estruturais que permeiam a sociedade brasileira” (MATTA *et al.*, 1981). A causa do fenômeno da violência tem origem em diversos fatores, inseridos em determinados contextos, tanto ao longo da história como na própria contemporaneidade. Segundo Pinheiro & Almeida (2003), as práticas, as percepções e as representações dos grupos sociais nacionais

acabaram sendo marcados pela experiência de um longo período de escravidão, além dos recentes regimes totalitários estruturados no período do Estado Novo e nos anos do regime militar iniciada em 1964.

### **3.2. A herança dos regimes autoritários**

A violência posta no cotidiano é representada como uma forma de expressão de todos os erros e problemas existentes nas relações instauradas entre o poder estatal e a sociedade civil, cercando tal questão com um certo caráter denunciativo, de “total” sensação de injustiça. A violência passa a ser observada então a partir da ampla desordem imposta pelo poder não legítimo. A visão que coloca a violência como fruto das contradições sociais, identifica “massas marginalizadas” o sujeito de tal processo como “criminoso” e não discute às condições que o levaram a violenta agressão indiscriminada (MATTA *et al.*, 1981).

A questão da violência se situa em um período histórico representado pelo autoritarismo de Estado, que usurpou a autonomia da sociedade civil a partir do uso legal da força para estabelecer uma ampla ideologia do medo e controlar condutas. Acompanhado desse momento de perda dos direitos civis ocorreu um longo período de empobrecimento e humilhação das classes dos trabalhadores.

Desde o Estado Novo erguido por Getúlio Vargas, as práticas violentas já funcionavam como formas de demonstrar poder perante os que eram contrários à ordem instituída, como os anarquistas e comunistas. Nesse período, pode-se destacar a repressão sobre a Aliança Nacional Libertadora, uma organização que unia ideais democráticos e antifascistas. Apoiando-se na extrema direita, representada principalmente pela Ação Integralista Brasileira (AIB), o governo adotou práticas de violência e brutalidade. As Forças Armadas entraram em uma lógica de homogeneização, formando um bloco capaz de reprimir qualquer manifestação ou movimento nacional, popular e democrático, instaurando o terror contra os defensores de idéias opostas às defendidas pelo governo. Entretanto, as falas de Getúlio com relação a sua política social, seguindo um ideal trabalhista, voltavam-se para um discurso progressista e defensor do bem-estar social, com o objetivo claro de sufocar qualquer reação contrária que demonstrasse o que de fato sustentava aquela pseudo sensação de paz e tranquilidade.

Às condições políticas que se seguiram ao término do governo ditatorial de Getúlio, com o retorno à democracia, não foram suficientes para superar os traumas por ele deixado. Mesmo com o governo de Juscelino Kubitschek que ficou conhecido por suas propostas

desenvolvimentistas, o atraso econômico e social não foi superado. Os investimentos sociais foram insuficientes, uma vez que a prioridade era dada crescimento econômico, através do processo de industrialização. O discurso, no entanto, afirmava que este crescimento solucionaria a acentuada desigualdade social.

Já na década de 1960, com a deposição de João Goulart e o golpe militar de 1964, em pleno momento da guerra fria, os militares passaram perseguir violentamente aqueles indivíduos considerados perigosos ao regime imposto. Baseando-se no combate aos comunistas, orientado pela “ideologia da limpeza” ditada pelos opositores ao socialismo, o Brasil foi cada vez mais se inserindo em “*um terreno fértil para o crescimento, a consolidação e a materialização de uma ideologia autoritária e violenta*” (SILVA, 2004, p. 38).

O ano de 1965 foi marcado pela aprovação do Ato Institucional nº2 (AI-2), que, dentre as suas principais medidas, decretava o fim para os partidos políticos existentes, instaurando o bipartidarismo entre a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), instituiu a eleição indireta para presidente da República, além de expandir os poderes da Justiça Militar. O controle das forças militares brasileiras passou por um processo de internacionalização, estabelecendo uma íntima relação com agências norte-americanas. O OPS (Office of Public Safet) colaborava com o Serviço Nacional de Informação (SNI), com o Instituto Nacional de Identificação (INI) e com o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), por meio de membros do FBI (Federal Bureau of Investigations) e da CIA (Central Intelligence Agency), que foram enviados para trabalhar na capital Brasília.

Com a entrada do marechal Costa e Silva no posto presidencial em 1966, constatou-se uma ascensão da “linha dura” nas lideranças das Forças Armadas. Com a formulação do AI-5 em 1968, o Congresso Nacional, bem como Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores, foi definitivamente fechado. O poder absoluto no Executivo abriu precedentes para a censura à imprensa, para o fim de garantias constitucionais e para prisões indiscriminadamente permitidas. A repressão estava totalmente consolidada no país. Na década de 1970, baseadas na Doutrina de Segurança Nacional, as polícias adotaram práticas de perseguições, torturas e mortes, aumentando cada vez mais a repressão, cabendo destacar a criação da Operação Bandeirantes (OBAN) e a criação dos DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna).

Essa parceria com agências norte-americanas ainda trouxe aprimoramentos para as patrulhas motorizadas, a RUDI (Rondas Unificadas do Departamento de Investigações) e a

RONE (Rondas Noturnas Especiais), pertencentes à Polícia Civil, e a ROSA (Rondas do Setor de Assaltos), que se destacavam pelas ações violentas. Algumas dessas patrulhas funcionaram como verdadeiros esquadrões da morte, cuja defesa legal era a de restabelecer a ordem pública e limpar a sociedade de uma forma rápida e eficaz. Inicialmente organizados por policiais civis, esses esquadrões foram tendo suas práticas absorvidas pela Polícia Militar, em ações contra os ditos subversivos, grupos de esquerda e criminosos. A concepção absolutamente autoritária, repressiva e violenta também contou com uma força militar direcionada para a repressão de grupos de esquerda, sendo composta pela Companhia de Choque, pela ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar) e pela Companhia de Operações Especiais (COE).

Ao final da ditadura militar, o governador de São Paulo, Franco Montoro, procurou implementar medidas a fim de desmontar o aparelho repressivo instaurado, acabando com a “linha dura” das polícias. Juntamente com a abertura política que se estabelecia, denúncias de crimes cometidos pelos chamados “justiceiros” passaram a ganhar destaque no cenário nacional. Apesar do combate contra as práticas repressivas, existia *“uma insatisfação com as novas diretrizes governamentais opostas à ‘ideologia da limpeza’, incentivada e aprofundada no auge da ditadura militar”* (SILVA, 2004, p. 48). A dificuldade encontrava-se nas próprias polícias e nos órgãos responsáveis pela repressão. Franco Montoro ficou conhecido pelas políticas de Segurança Pública, onde procurou difundir uma luta à criminalidade sem que fossem desrespeitados os direitos humanos. Suas iniciativas foram consideradas importantes, mesmo não conseguindo grandes mudanças no setor.

Algumas idéias da “política da limpeza” vigente ao longo do regime militar acabaram sendo incorporadas por outros setores da sociedade, em pleno regime democrático. Conforme ressalta Silva (2004), em meio a chacinas de menores abandonados e mortes de criminosos em confrontos com as forças policiais, quando se ouvem frases de apoio ao extermínio, pode-se perceber como até mesmo a população brasileira está submetida à lógica da “higienização” do meio social.

Nos anos posteriores ao regime militar, em fase de consolidação da democracia, a análise da conjuntura político e econômica pode facilitar a compreensão da relação com a ampliação da violência a partir dos governos autoritários que se estruturaram no Brasil. Após a redemocratização, o país adotou um modelo excludente e conservador, onde os investimentos na economia ganharam grande prioridade em detrimento ao desenvolvimento social. O controle sobre a inflação e a estabilização monetária alcançados durante o governo de Fernando Henrique Cardoso ocorreram inseridos em uma economia fundamentada em

privatizações, reestruturação do papel do Estado de acordo com o modelo neoliberal, elevação do desemprego estrutural, além da reestruturação da produção mundial. O sistema público da Educação, Saúde e Previdência entrou em desmonte, passando para a iniciativa privada. A busca de parcerias por parte do governo junto à sociedade civil a fim de apoiar as políticas sociais teve como consequência a perda qualitativa dos serviços prestados. Silva (2004), ainda coloca que tal situação demonstrava a vontade do governo em se desvencilhar de suas responsabilidades. Isso tudo se agravava pelo processo produtivo e reprodutivo de capitais no mundo em plena globalização, acompanhado pela constante inserção de inovações tecnológicas, o que tem gerado um acentuado aumento da taxa de desemprego e de subemprego.

As mudanças ocorridas nos modelos de produção alteraram características da violência em si, além de representarem profundas exigências na organização do mundo do crime. Essas organizações passaram a investir em uma articulação em rede tanto no país como fora dele. Na visão de Silva, *“o mercado criminoso e seu poder, longe de serem paralelos e marciais, articulam-se com o mercado oficial e com as forças oficiais presentes, inclusive, nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário”* (2004, p. 53).

### **3.3. O desenvolvimento violento**

Às questões que se relacionam ao desenvolvimento econômico são importantes para serem estudadas porque facilitam o entendimento dos processos que envolvem a escalada de violência. O desenvolvimento econômico favoreceu o incremento e a implantação de estruturas do meio técnico que ampliaram os padrões de produção, diversificando os meios de produzir. Segundo autora Hannah Arendt a manutenção do poder político está diretamente associado ao crescente desenvolvimento, pois ele por si só é ameaçador; por isso, ela afirma que *“o desenvolvimento técnico dos implementos da violência alcançou agora o ponto em que nenhum objetivo político poderia presumivelmente corresponder ao seu potencial de destruição, ou justificar seu uso efetivo no conflito armado”* (1994, p. 13). A constante necessidade por parte da violência de novas técnicas, de novos implementos, acaba modificando a máxima proveniente do pensamento de Maquiavel, onde *“os fins justificam os meios”*. Essa ordenação pode ser alterada, uma vez que tais inovações na violência representam grande perigo, *“o fim corre o perigo de ser suplantado pelos meios que ele justifica e que são necessários para alcançá-lo”* (ARENDR, 1994, p. 14).

A partir dessa disposição, pode-se entender que os meios utilizados em determinados processos e momentos políticos do passado se tornaram muito mais relevantes para os objetivos do futuro do que no momento de sua implantação. Sendo assim, percebe-se uma relação imediata com as diversas formas de violência que foram se sofisticando ao longo dos períodos de regimes autoritários, possibilitando estender a um número mais elevado de indivíduos o acesso ao domínio de ações reconhecidamente de intolerância, com a “vaga” desculpa de estar atuando em nome da ordem pública e da lei.

A violência já incorporada à realidade de diferentes grupos poderia ser remetida, de certa forma, à comparação realizada por Arendt (1994), onde se afirma que a guerra ainda é uma constante em várias sociedades pelo fato de que não há outra forma que a substitua. De um ponto de vista amplo, tal situação poderia ser aplicada ao ambiente gerado durante a Guerra Fria, um conflito político e ao mesmo tempo ideológico. Já em uma perspectiva mais específica, a comparação pode ser inserida nos ambientes urbanos onde a violência é tida como constante, veiculada a todo o momento, estimulando certo receio e medo em parcelas da população mais vulneráveis.

O estudo dessas questões ligadas à violência nos registros do passado conduz quase sempre para a visão da violência como um fenômeno marginal, enfatizando a continuidade do contexto político e econômico, analisando um processo que continua a ser determinado pelo que precedeu o ato violento.

Nessa delimitação de etapas onde ocorrem os eventos de violência, Arendt salienta que *“a paz é a continuação da guerra por outros meios – é o desenvolvimento efetivo nas técnicas de combate”* (1994, p. 17). É possível estabelecer um paralelo a partir desse aspecto, onde as formas coercitivas caracterizadas pela violência têm por finalidade, muitas vezes, a garantia da paz, da harmonização entre diferentes condições. Tal ideal pode ser percebido nas repressões do Estado, onde o emprego da força bruta torna-se válido, uma vez que a pretensão dessa ação é pacificar onde há ameaças à ordem pública.

Por fim, Arendt (1994) coloca que o desenvolvimento tecnológico tem convergido diretamente para o “desastre”, servindo de fomento para o agravamento da violência. Os estudos desse processo desenvolvimentista não têm sido capazes de corrigir as conseqüências desastrosas dessa tecnologia, já que qualquer aspecto pode transformar-se em motivo de combate, de guerra, de violência.

### 3.4. A imprensa violenta

Diversos campos da cultura, analisando sob uma ótica estrutural, encontram limitações no campo jornalístico. Sua amplitude se expande cada vez mais. A veiculação constante de notícias, ao ser conduzida pelos interesses de mercado, está sempre em busca do “furo jornalístico”, da exclusividade sobre determinado assunto, que possibilite ao seu meio certa vantagem na dita guerra de audiência, ou na ampliação de seu público consumidor.

Os meios de comunicação em geral e, no caso observado, a imprensa, veiculam notícias que remetem à realidade social de determinada região, de acordo com o interesse do seu público, estabelecendo os assuntos necessários que merecem discussão e opinião (NJAINÉ, 2004). A questão da violência, considerada um dos grandes problemas da sociedade contemporânea, já remete a um aspecto amplamente reconhecido por parcela acentuada da população. Ao fazer parte do “cotidiano” de grupos e indivíduos, a violência se coloca como um dos principais temas de interesse do público que acompanha as notícias, ou a representação da realidade que é veiculada.

A lógica jornalística aponta para o fato em si, destacando o marginal, o seu ato violento e a sua vítima, sem promover uma discussão pautável acerca do fenômeno violência. A forma narrativa sem compromisso de uma análise ou estudo mais sério expõe essa violência urbana, tão difundida em jornais, sem discutir sua origem ou ao menos estruturar propostas. Essa forma de veiculação acaba por acomodar o leitor ao formato das notícias, a um desinteresse por uma moral e à aceitação do problema, aprendendo a conviver com a violência e admitindo o medo e o receio como integrantes de seu cotidiano.

A criminalidade, aspecto da violência mais difundido, é exposto no meio social pelos meios de comunicação de massa, no caso, pela imprensa, que possui importante participação na construção do significado dessa problemática para a sociedade. Tal construção de sentidos aponta para uma questão real, a violência urbana, sem, no entanto, abordar o seu crescimento comparado a um crescimento demográfico, fazendo com que a violência seja constantemente vista como desproporcional.

A violência acaba inserida em uma lógica de espetacularização por parte dos veículos de comunicação, neste caso, na imprensa, onde tal questão ganha uma maior visibilidade. A violência urbana pode ser considerada como um reflexo desse estado de fatores sociais, como desigualdade entre classes e alto índice de desemprego, e representações midiáticas que são absorvidas pela população. É nessa atmosfera que se manifestam as diferentes violências reais e simbólicas.

#### 4. VIOLÊNCIA NA IMPRENSA E SEU REFLEXO NA SAÚDE

A violência sempre esteve presente ao longo de toda a história das relações humanas, desempenhando funções diversas nos processos de desenvolvimento do homem. Devido a tal importância, Arendt considera surpreendente que a questão da violência tenha sido estudada de modo sério apenas raras vezes, por causa da banalização, que transforma tal manifestação em corriqueira, uma vez que

ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre se desempenhou nos negócios humanos, e, à primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial. (...) ninguém questiona ou examina o que é óbvio para todos. (1994, p. 16).

Minayo (MINAYO & SOUZA, 2003) também discorre sobre a insuficiência dos estudos sobre violência analisadas sob a ótica da saúde. Os trabalhos estão, em sua maioria, limitados a uma descrição das problemáticas e apresentam propostas de soluções, não aprofundando as questões referenciais. Ao restringirem-se apenas ao dimensionamento do problema, as propostas colocam ações, em sua maioria, de caráter normativo e em curto prazo. O que se espera de análises acerca da violência é que, através de um aprofundamento teórico sobre a questão, tornem possível uma melhor compreensão de suas causas e das propostas de intervenção sociocultural e governamental.

Essa restrição comum em diversos estudos e observações científicas, também pode ser aludido de certa forma nas reportagens sobre fatos que envolvem violência. Uma característica constante na linha editorial dos jornais pesquisados – “EXTRA” e “O DIA” - que pôde ser verificada através da análise do material empírico coletado foi a superficialidade com que as matérias acerca da violência urbana são veiculadas. Os fatos são narrados nas reportagens, no entanto, poucas são matérias que discutem o assunto, estimulando o caráter crítico do leitor. Sendo assim, a possibilidade de uma reflexão sobre essa questão é nenhuma, ou seja, a violência que está posta nas páginas dos jornais para simples contemplação.

Entretanto, essa discussão suscita uma análise mais ampla dos jornais, levando-se em consideração os seus perfis e o de seus leitores. Primeiramente, faz-se necessário compreender de forma mais clara aspectos importantes sobre comunicação, uma vez que, como afirma Minayo, “(...) *na estrutura do pensamento popular existe a certeza de que a violência é parte e resultante das relações, da comunicação, da vida social*” (MINAYO & SOUZA, 2003, p. 27).

De início é preciso diferenciar “informação” de “comunicação”. A comunicação está relacionada com a um processo de interação e interlocução entre um emissor e um receptor de uma mensagem. Já a informação remete-se à transmissão de conhecimentos e saberes. Ambas estão presentes em todas as atividades humanas, inseridas em uma espécie de rede onde há uma constante retroalimentação. No que diz respeito aos meios de comunicação, a trivialidade da mensagem indica a facilidade dela ser retida, enquanto que a sua complexidade implica em uma menor penetração. Njaine & Souza, ao refletirem acerca desse aspecto, formulam uma questão pertinente, indagando sobre a possibilidade de serem “(...) *as informações de caráter científico destinadas somente àqueles que a produzem, e as mensagens produzidas pela mídia sobre violências transformadas em trivialidades (...)*” (MINAYO & SOUZA, 2003, p. 270).

Njaine & Souza (MINAYO & SOUZA, 2003) ainda percebem a necessidade de um debate público entre os setores responsáveis por aspectos sociais de grande relevância e a sociedade. Com a maior visibilidade dada à violência no cotidiano, além de sua representação que a reduz à criminalidade, as discussões se colocam principalmente em termos da questão de segurança pública. Sendo assim, a população vê nas medidas de segurança uma necessidade imediata, colocando o debate sobre as origens da violência em segundo plano, inclusive a forma como ela se impõe no meio social. Esse fator só ganha devida consideração nos meios acadêmicos ou então em instituições que trabalham diretamente com vítimas da violência e instituições de apoio.

Os meios de comunicação, principalmente a televisão costumam prender a atenção do espectador para um assunto veiculado que seja de seu interesse. Ao passar um considerável período em frente a uma televisão, um indivíduo ou um grupo podem acabar tomando para si esse meio de comunicação como modelo, relacionando representações difundidas com situações da vida real. Nessa perspectiva de influência, os jornais, ao adaptarem suas diagramações de acordo com o gosto do público, inserindo um número maior de imagens do que o necessário e deixando as notícias com um formato “adequado” para seu leitor, podem acabar interferindo na visão de mundo que o seu leitor passará a ter, uma vez que o veiculado nada mais é do que uma representação de fatos reais.

#### **4.1. Análise da violência nos jornais**

A fim de se analisar a veiculação de notícias que abordem questões acerca da violência, tratar-se-á da análise do material coletado ao longo dos dois meses, junho e julho de 2005, dos jornais EXTRA e O DIA, periódicos de grande circulação no Estado do Rio de

Janeiro. As reportagens selecionadas apresentam aspectos interessantes e importantes para uma melhor compreensão da forma como a violência é exposta nos veículos de massa para a população.

A capa dos jornais é a seção aonde vêm as principais matérias veiculadas pelas edições. Uma observação mais atenta com relação à violência na primeira página pode indicar a relevância que tal questão adquire dentro da linha editorial destes periódicos. Suas chamadas de capa perfazem um percentual de 25 % em média, ou seja,  $\frac{1}{4}$  (um quarto) de matérias que abordam assuntos referentes a variadas formas de violência, conforme é demonstrado nas tabelas I e II. Essas chamadas de primeira página concentram, em sua maioria, questões relativas a homicídios, assaltos a indivíduos, residências e estabelecimentos comerciais, narcotráfico, corrupção e terrorismo, entre outras. A considerável quantidade de manchetes relativas à violência em suas capas demonstra que esse é um assunto de grande interesse do público, funcionando como atrativo para a venda desses jornais.

Tabela I – Análise da primeira página do jornal EXTRA.

Data	Número de matérias na capa	Número de matérias de violência na capa	Porcentagem de matérias de violência na capa
01/06	15	5	33,3 %
03/06	16	5	31,2 %
05/06	13	4	31 %
08/06	10	3	30 %
10/06	12	4	33,3 %
12/06	12	4	33,3 %
15/06	13	3	23 %
17/06	12	2	16,6 %
19/06	14	1	7 %
22/06	14	4	28,5 %
24/06	15	2	13,3 %
26/06	13	2	15,4 %
29/06	14	3	21,4 %
01/07	13	1	7,7 %
03/07	12	1	8,3 %
06/07	15	2	13,3 %
08/07	08	2	25 %
10/07	13	0	0 %
13/07	15	2	13,3 %
15/07	12	5	41,6 %
17/07	14	1	7 %
20/07	15	4	26,6 %

22/07	15	6	40 %
24/07	15	5	33,3 %
27/07	14	3	21,4 %
29/07	15	2	13,3 %
31/07	13	5	38,4 %

Tabela II – Análise da primeira página do jornal O DIA.

Data	Número de matérias na capa	Número de matérias de violência na capa	Porcentagem de matérias de violência na capa
01/06	14	7	50 %
03/06	14	3	21,4 %
05/06	12	3	25 %
08/06	16	6	37,5 %
10/06	12	5	41,6 %
12/06	13	2	15,4 %
15/06	11	3	27,3 %
17/06	14	3	21,4 %
19/06	14	1	7,1 %
22/06	12	2	16,6 %
24/06	13	5	38,5 %
26/06	13	4	30,8 %
29/06	11	5	45,4 %
01/07	11	3	27,2 %
03/07	8	2	25 %
06/07	11	2	18,2 %
08/07	8	1	12,5 %
10/07	13	3	23 %
13/07	14	3	21,4 %
15/07	13	3	23 %
17/07	10	2	20 %
20/07	13	4	31 %
22/07	12	6	50 %
24/07	13	3	23 %
27/07	13	6	46 %
29/07	13	3	23 %
31/07	11	2	18,2 %

Além das matérias de violência destacadas na própria primeira página, essas não são as únicas presentes nos jornais. Há também um número considerável de matérias que compõem o jornal, sempre com ênfase nas questões enunciadas já na capa e apresentadas anteriormente (homicídios, assaltos a indivíduos, residências e estabelecimentos comerciais, narcotráfico, corrupção e terrorismo, entre outras).

Ao mesmo tempo em que se percebe que há um número relativamente grande de reportagens que realizam abordagens sobre a violência, é importante ressaltar também um outro traço característico desses periódicos que foi constatado ao longo da pesquisa. Assuntos já veiculados uma vez podem ser repetidos em outros dias, de acordo com sua “repercussão” e a sua representatividade para o interesse do leitor. A grande importância de uma notícia faz com que tal assunto seja mais explorado pelo jornal nas edições seguintes, apresentando as mais recentes novidades e os detalhes do caso.

Essa constante repetição contribui para mostrar que certos aspectos da violência, como a criminalidade, rendem muitas matérias. Ao colocar em diversos momentos um mesmo assunto, o jornal acaba por promover certa espetacularização da violência, onde podem ser criados personagens do crime. A repetida veiculação estimula as sensibilidades do leitor, que passa a ver determinados indivíduos como famosas figuras da delinquência, atribuindo-lhe poder. A exatidão da repetição pode ser refletida também em algumas representações a locais e regiões, que passam a ser caracterizadas como totalmente violentas e perigosas. Todos esses aspectos reunidos podem fazer com que o leitor tenha uma sensação de total caos urbano, onde o pavor, o medo e o receio façam parte do cotidiano de modo naturalizado. As tabelas III e IV reúnem dados acerca dessa violência exposta nos jornais, bem como de sua repetição ao longo de um certo período, onde o assunto ainda é consumível.

Tabela III – Análise de reportagens de violência urbana no jornal EXTRA.\*

Data	Número de reportagens de violência urbana	Número de repetições	Data das matérias repetidas
01/06	11		
03/06	11		
05/06	10		
08/06	13		
10/06	15		
12/06	15	2K	K= 08/06 K= 10/06
15/06	12	1K	K= 08/06
17/06	10	1R 1K	R= 10/06 K= 08/06
19/06	9	1R	R= 10/06
22/06	6	1R 1K	R= 10/06 K= 08/06
24/06	10	1R	R= 08/06
26/06	7	1R	R= 24/06
29/06	12	1K	K= 08/06
01/07	9	1R	R= 08/06
03/07	8		

06/07	16		
08/07	12	1K	K= 03/06
10/07	5	1R	R= 03/06
13/07	10		
15/07	16	1R 1K	R= 08/06 K= 22/06
17/07	13		
20/07	13		
22/07	8	1R 1K	R= 15/07 K= 22/06
24/07	12	1R	R= 29/06
27/07	11		
29/07	13		
31/07	7		

\*Legendas: K= matéria de capa R= reportagem sem manchete na capa

Tabela IV – Análise de reportagens de violência urbana no jornal O DIA.\*

Data	Número de reportagens de violência urbana	Número de repetições	Data das matérias repetidas
01/06	16		
03/06	15	1K	K= 01/06
05/06	14		
08/06	15		
10/06	15	1R 2K	R= 08/06 2K= 08/06
12/06	3	1K	K= 08/06
15/06	12	1R 1K	R= 08/06 K= 08/06
17/06	10	1K	K= 08/06
19/06	6	1R	R= 08/06
22/06	8		
24/06	23	1R	R= 22/06
26/06	11		
29/06	18	1R 1K	R= 26/06 K= 08/06
01/07	17		
03/07	6		
06/07	17	1K	K= 03/07
08/07	11		
10/07	10	1K	K= 03/07
13/07	12	1R	R= 08/06
15/07	16	1R 1K	R= 08/06 K= 22/06
17/07	17	1R	R= 22/06
20/07	13	1R	R= 17/07
22/07	8	1R 1K	R= 15/07 K= 22/06
24/07	11	1K	K= 29/06
27/07	14		
29/07	15		
31/07	2		

\*Legendas: K= matéria de capa R= reportagem sem manchete na capa

## 4.2. Análise das reportagens sobre violência

Um dos aspectos mais comuns presentes nas matérias de violência diz respeito à falta de análises mais profundas acerca do fenômeno violência traduzido no fato descrito. As reportagens veiculadas no jornal EXTRA, no dia 08 de julho de 2005, com as manchetes “Número de assassinatos aumentou no estado” e “Mais assaltos a pedestres e em ônibus” ilustram muito bem tal aspecto. Estas são duas matérias que ocupam as mesmas páginas, onde a diferença entre ambas está na forma como os dados são colocados. Na primeira, são expostas porcentagens referentes ao aumento de alguns crimes ocorridos no estado do Rio de Janeiro, comparando os meses de março de 2004 e março de 2005, enquanto que na segunda, os dados aparecem sob a forma de números absolutos, com poucas diferenças relevantes. O mesmo tema foi explorado praticamente da mesma forma, talvez para atingir a quantidade de matéria previamente estipulada pela redação. Os dados reunidos aparecem na tabela V, a seguir.

Tabela V – Crimes cometidos no estado do Rio de Janeiro.

Crimes	Março de 2004	Março de 2005	Porcentagem de Aumento/ Diminuição
Homicídios	529	682	28,9 %
Assaltos em ônibus	328	647	97,3 %
Assaltos a pedestres	1.529	2.876	88,1 %
Roubos e furtos de veículos	4.474	4.970	11,1 %
Latrocínios	17	26	52,9 %
Roubos de carga	244	230	-5,7 %
Assaltos a residências	168	159	-5,4 %
Assaltos a lojas	545	463	-15 %

Os dados são simplesmente apresentados pelo jornal ao leitor, não havendo uma mediação a fim de promover uma melhor compreensão acerca do significado daqueles dados. Através de uma notícia como esta, sem nenhuma discussão, o que passa para o leitor é que há um aumento da violência, abrindo precedentes para que esse se sinta acuado, cada vez mais preocupado com a sua segurança. Os dados precisam ser processados para que se tornem uma informação relevante e possam ter utilidade para a formulação de uma política mais eficiente de prevenção à violência, sem trazer impactos negativos para a vida da população.

Em outras duas reportagens do jornal EXTRA, ambas do dia 19 de junho de 2005, uma outra questão é suscitada. A matéria “**A vida bandida caiu na rede**” aborda a ausência ou a perda de respeito com relação à lei formal, onde jovens acabam se sentindo atraídos pelo mundo da criminalidade. A reportagem ainda coloca que essa atração vem se dando por meio da rede mundial de computadores, a Internet, onde os jovens têm acesso aos mais variados assuntos. Ao citar que “*atualmente, a vida bandida entra na casa das jovens pela internet*”, a matéria pode passar ao leitor que a rede mundial de computadores tornou-se uma ferramenta completamente perigosa, apontando apenas aspectos negativos ocorridos através da Internet, sem promover uma discussão mais atenta aos fatores que possam levar a esses envolvimento com a criminalidade, apresentando somente opiniões superficiais com relação ao assunto.

A outra reportagem, intitulada “**Profissão: ex-advogado**” fala sobre a expulsão de um representante da Lei, um advogado, dos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado do Rio de Janeiro (OAB-RJ), pois este se utilizava dos seus recursos legais para cometer contravenção, além de ser denunciado por tentativa de homicídio, entre outros delitos. Essa última matéria, juntamente com a anterior, envolve diretamente questões relativas à ausência de legalidade, veiculando notícias onde regras legais são abordadas no trato com diferentes formas de violência.

Nesse mesmo dia, 19 de junho de 2005, o jornal O DIA veiculou a matéria “**Jornaleiros na mira**”, onde aborda a situação dos jornalheiros, que estariam sendo assaltados com maior frequência. Também alerta que, procurando meios para se defenderem, esses profissionais apelaram para a instalação de “câmeras antiladrões”, como se houvesse uma exposição constante a esse tipo de ameaça. No mesmo dia, o jornal EXTRA divulgava a reportagem “**Carteiros na mira da bandidagem**”, alertando para o aumento acentuado do número de assaltos a esses profissionais dos Correios. A notícia informava da seguinte forma:

Os carteiros do Rio viraram alvos comuns de bandidos e correm riscos todos os dias nas ruas da cidade. Só este ano, 85 carteiros e 440 carros da empresa – 360 deles com encomendas de produtos de beleza – foram assaltados no Rio. O número de roubos em 2005 já é três vezes maior do que o registrado no ano passado, informa o serviço de inspeção da Central dos Correios em Benfica. (Jornal EXTRA, 19/06/2005).

Por meio dessas duas últimas matérias, é possível perceber que os jornais evidenciam a violência em diferentes ramos de serviços. Tal tipo de reportagem acaba por destacar uma considerável variedade de crimes, explorando qualquer ato ou ação que se remeta à questão da

violência, buscando sempre a atenção do público, através, é claro, de assuntos de interesse de grande parte da população.

Outro aspecto característico de considerável parcela das reportagens acerca da violência pode ser observado em duas matérias apresentadas pelo jornal O DIA, a 26 de junho de 2005. Tanto a reportagem “**Noites de medo**” como a matéria “**Famílias reduzidas a pó**” possuem chamadas na primeira página do jornal, com as manchetes “**Tráfico leva terror a 30 mil na Ilha**” e “**Droga destrói famílias**”, respectivamente. No interior do próprio jornal, cada reportagem ocupa uma página inteira. Apesar disso, são matérias relativamente vazias de conteúdo, onde a abordagem do assunto é limitada a narrativas e fragmentos de entrevistas de indivíduos que são identificados ao longo das reportagens.

A total ausência do poder público é um assunto que apresenta certa frequência, podendo ser percebida em meio a diversas reportagens, principalmente sobre a delinqüência. O jornal O DIA de 29 de junho de 2005 apresentava uma manchete logo na sua capa intitulada “**Rocinha: todos vigiam todos**”. A matéria desenvolvida no interior tinha por chamada: “**Uma batalha de binóculos**”.

Através de radiotransmissores, os criminosos debochavam e desafiavam os policiais. “Olha cara, presta atenção. Os *homi* (policiais) tão mandando mais viatura. São Blaizer e moto. Tem até um Gol bolinha prata, que tem P-2 (PMs à paisana)”, disse um bandido. “Bota a cara, tem bala para todo mundo. Faz igual ao policinha de ontem. Joga o fuzil para o alto e sai correndo”, desafiou outro. (Jornal O DIA, 29/06/2005).

Essa notícia compara a tática de controle da Segurança Pública, representada pela polícia, com a do dito “crime organizado”, representado pelos criminosos. Essa analogia, constatando que ambos os lados contam com o mesmo tipo de armamentos e tecnologias de comunicação, acaba por evidenciar uma total falta de segurança. Além disso, uma outra matéria, com a manchete “**Negócio entre PM e traficante**”, veiculada no jornal EXTRA no dia 10 de julho de 2005, ao informar sobre um caso de corrupção dentro da Polícia Militar, sem mencionar a extensão e a quantidade desses casos, remete a leitura imediata de que toda a corporação é corrupta e mantém relações com criminosos.

Único no País capaz de suportar tiros de fuzis, o helicóptero especial que a PM usará para combater traficantes no alto dos morros está em fase final de montagem. A aeronave, que também pode desembarcar pequenas tropas nos morros, é equipada com um sistema de observação à distância: câmera capta e grava imagens e localiza objetos e pessoas através do calor, inclusive à noite. Com o novo helicóptero, a PM quer garantir posição superior à dos bandidos que dominam os pontos altos dos morros. (Jornal O DIA, 17/07/2005).

A reportagem “**Atira melhor quem atira do alto**” veiculada no jornal O DIA a 17 de julho de 2005, já pressupõe certa incompetência por parte do Poder Público, onde a Polícia estaria em inferioridade se comparada com os criminosos. Por meio de novas tecnologias, a Polícia estaria tentando reverter esse quadro, no entanto tal medida ainda seria insuficiente para mudar a tão propagada situação de insegurança.

Tal estado de descontrole ainda pode ser percebido com maior clareza em outras matérias de ambos os jornais. “*Tiros, granadas e perseguições levaram pânico ontem às ruas do Centro do Rio. O suposto seqüestro de um policial civil por traficantes do Morro da Providência mobilizou cerca de 60 PMs, um helicóptero e dois carros blindados*” (Jornal EXTRA, 05/06/2005). Este trecho pertence à matéria que o jornal EXTRA divulgou no dia 05 de junho de 2005, com a manchete: “**Guerra no Centro do Rio**”. Esse assunto ganhou chamadas na capa do mesmo jornal EXTRA e no jornal O DIA da mesma data, onde as manchetes diziam: “**Suposto seqüestro de policial leva terror ao Centro**” e “**Bandidos levam carro de agente: tiroteio entre traficantes e policiais fecha ruas do Centro**”, respectivamente. As matérias, abordando um mesmo fato, demonstram uma situação de completo pânico, onde a própria população pode se tornar vítima.

O medo também é apresentado explicitamente em algumas matérias, expondo a opinião de algumas pessoas que se sentem ameaçadas pela violência urbana. A reportagem divulgada no jornal O DIA, também a 05 de junho de 2005, tinha como manchete: “**Medo no Campus: apavorados com a violência, estudantes saem cedo das universidades**”. Na matéria, as pessoas entrevistadas sempre colocam alguma maneira de superar a dificuldade enfrentada, tanto os alunos como os funcionários das universidades buscam algum meio para conviver com estados de “insegurança”. “*É lógico que isso prejudica a nossa formação, mas é melhor chegar em casa com vida*” (Jornal O DIA, 05/06/2005) e “*É questão de bom senso. A maioria dos estudantes mora longe. Contra a violência, não há argumento*” (Jornal O DIA, 05/06/2005) são falas de uma aluna e de uma professora, respectivamente, apresentadas ao longo da reportagem e que ilustram muito bem a sensação de constante receio e medo que é transmitida pelo entrevistado ao leitor.

O medo “veiculado” também pode passar por uma definição espacial nos jornais, onde são apontadas as áreas mais perigosas, onde a violência é um fator frequentemente presente. A matéria do jornal O DIA, intitulada “**Perigo nos lares da Zona Oeste**” e que foi veiculada no dia 17 de julho de 2005 define através de “estatísticas do medo” os lugares mais passíveis

de assaltos a residências. A fala de umas das entrevistadas transmite diretamente o medo por causa da violência:

Ninguém mais entra na minha casa sem que tenha a minha autorização. Nem para executar determinados serviços. Vivo trancada no pavor que restou daquele assalto. Pensei até em sair daqui, onde moro há 5 anos, mas, se acontecesse, deixaria o Rio. Saí de Copacabana, onde passei 10 anos, por causa da violência. Me limito a ir até à Barra. (Jornal O DIA, 17/07/2005).

### **4.3. Reflexos na saúde**

Os jornais, enquanto veículos de comunicação de massa não funcionam apenas como um meio de informação. Na realidade, eles atuam na construção de valores e na produção de sentidos para os seus leitores. A representação da realidade se dá por meio das notícias, que narram fatos ocorridos, mas sempre a partir da ótica do jornal, que carrega em si uma gama de interesses. Com a concepção de violência também acontece o mesmo. Njaine coloca que esses veículos de comunicação, enquanto mediadores das formas de violência reais e simbólicas, podem ser considerados “*espaços de interação e de criação de novos sentidos sobre o real*” (2004, p. 110).

Os valores construídos e “impostos” pela imprensa para o público leitor irão, de certa forma, influenciar na vida e nos costumes da população. A realidade será encarada de acordo com o que é colocado para o leitor como realidade. Seus aspectos culturais e psicológicos serão afetados por essa imposição que vem de cima, onde na maioria das vezes o leitor exerce um papel passivo de espectador, aceitando o que lhe é informado, tomando aquilo como indubitável.

Ideais padronizados ou imagens estereotipadas de alguns grupos sociais veiculados em excesso pela mídia podem transformar-se em formas de violência que fogem ao reconhecimento da sociedade, gerando preconceitos para certos grupos e diversão para leitores e espectadores (NJAINÉ, 2004). Tal comportamento discriminatório pode ter impactos negativos sobre a vida de quem o sofre.

O jornal, ao estabelecer um espaço de interação com o seu público, e da forma como acontece, expondo-o de maneira excessiva a imagens e reportagens de conteúdo violento, não estruturando nenhum contexto explicativo, pode vir a trazer impactos que prejudiquem a saúde dos seus leitores. Essa influência negativa tem origem a partir de todo um contexto conforme foi analisado nas reportagens.

A violência é divulgada diariamente nas páginas dos jornais, ganhando até mesmo seções específicas para esse tipo de assunto. Um aspecto perceptivelmente recorrente nas matérias analisadas, o que contribui para uma melhor compreensão dos perfis dos jornais, diz respeito a constante sensação de medo. A violência posta como incontrolada e em ritmo sempre crescente, acaba tornando-se umas das principais causas de preocupação por parte dos cidadãos, que vivem em meio a acentuadas desigualdades sociais.

O Poder Público, responsável pela Segurança Pública, não consegue viabilizar políticas capazes de reverter algumas situações onde a criminalidade já se estruturou. No entanto, algumas matérias jornalísticas já põem o Estado em nível inferior se comparado com o poder do crime, não conseguindo controlar a violência. A sensação de total insegurança pública e um verdadeiro caos urbano é constantemente direcionada para os leitores, em algo que poderia ser chamado de verdadeira cultura do medo.

A lógica consumista está difundida em diferentes setores da sociedade. Com os jornais tal aspecto não seria diferente, o que os leva a veicular em suas páginas apenas assuntos que sejam do interesse do seu público, por isso certos jornais são voltados para um certo segmento social, divulgando o que interessa a esse público. Como a violência é uma questão do cotidiano de um número considerável de parcelas da população, ela está sempre presente nas páginas dos jornais direcionados a essas parcelas, que geralmente são constituídas da classe popular. Conforme foi percebido por meio dos dados coletados, a violência perfaz um dos principais assuntos noticiados, fazendo com que algumas matérias ganhem maiores destaques, ocupando páginas inteiras e manchetes na capa. Em decorrência da freqüente veiculação de reportagens sobre atos de violência, o leitor ao consumir cada vez mais um jornal, estará consumindo cada vez mais a violência.

Sem uma devida explicação e discussão dos fatores que levam à ocorrência de eventos violentos, a narrativa jornalística apenas expõe a violência, passando para o leitor a violência ocorrida dentro de certa ocasião. De acordo com o que afirmam Njaine & Souza, “*as dinâmicas e complexidades da violência não são devidamente focalizadas, resultando numa fragmentação e banalização da informação*” (MINAYO & SOUZA, 2003, p. 277). As sensações de medo, receio e pavor acabam por naturalizarem-se, uma vez que elas estão inseridas em certa periodicidade. Essa constância poderia afetar a saúde do indivíduo, gerando situações de estresse e de preocupação.

O setor saúde precisa estar atento a fatores como esses, a fim de prevenir prejuízos a saúde e promover estratégias de defesa e de superação dessas questões. Surge a partir dessa possibilidade, a necessidade de uma política pública de saúde “(...) *que estabeleça limites*

*para a violência na mídia e que crie uma relação contínua com os meios de comunicação para atuar na prevenção da violência”* (NJAINÉ, 2004, p. 121), uma vez que tais veículos, incluindo-se o jornal, têm grandes recursos e fácil divulgação entre o público em geral, a população.

## CONCLUSÕES

As mensagens veiculadas pelos meios de comunicação em geral e, mais especificamente pelos jornais, têm considerável receptividade por parte do público. A própria noção de realidade e dos problemas que a permeiam é transmitida para a sociedade através desses veículos. A importância que a mídia tem alcançado já a coloca como um dos grandes influenciadores da história.

Os assuntos que merecem destaque nas páginas dos jornais são escolhidos de acordo com a receptividade do leitor. Determinados tipos de notícias são considerados mais vendáveis do que outros, ganhando maior divulgação e recebendo maior destaque na imprensa. A violência, por estar associada à vida cotidiana de grande parcela da população, é um desses assuntos, que acabam sendo explorados para atrair a atenção do público. Através de matérias que abordem a violência de modo mais claro, o jornal consegue atingir um público consumidor maior, com vistas ao lucro cada vez elevado.

Em meio a uma sociedade caracterizada por acentuadas desigualdades entre classes e gêneros, com má distribuição de renda por todo o país e falta de perspectivas concretas de mudança, a violência urbana se coloca como uma das grandes questões da contemporaneidade brasileira. A violência utilizada sob a perspectiva legal, com o suposto ideal de defesa da ordem pública, teve sua ampliação a partir dos regimes autoritários ocorridos ao longo do século XX no Brasil. Após essa formalidade, as práticas violentas acabaram por se consolidar em meio à sociedade, gerando corrupção e atos de delinquência. Diversas políticas públicas são elaboradas a fim de dar subsídios para um melhor combate à criminalidade.

A violência é uma problemática indiscutível. No entanto, a violência estampada nas páginas de alguns jornais coloca-se de forma exacerbada, desenvolvendo o assunto em modos excessivos. A constante e, em certos termos, diária veiculação de notícias abordando essa temática violenta desencadeia no leitor uma sensação de insegurança permanente no meio social. O medo torna-se um verdadeiro aspecto comum na vida da população, que passa a procurar meios para conviver com ele, em uma busca freqüente de maneiras para evitar as situações perigosas, onde o risco de se tornar vítima de uma das várias formas de violência é mais acentuado.

Com a crescente veiculação da violência em meios de comunicação de massa, algumas pesquisas apontam para a necessidade de uma intervenção em certos aspectos, sem se remeter em forma de censura, porém fazendo uso de critérios previamente discutidos e acordados em sociedade. O público geralmente se coloca de maneira passiva diante do monopólio dos meios

de comunicação, não significando que o receptor dessa violência a absorva tal qual o sentido dado pelos meios. Njaine & Souza afirmam que “*enquanto esse público não tiver voz ativa existirá uma contradição no exercício de uma verdadeira prática democrática pluralista nos meios de comunicação*” (MINAYO & SOUZA, 2003, p. 277). A própria superficialidade com relação ao assunto discutido nas reportagens está relacionada com esse aspecto acrítico do leitor, que não tem acesso a discussões mais aprofundadas dos temas tratados. Em alguns casos, o leitor pode até mesmo tomar a opinião e a visão do jornal para si sobre determinado acontecimento.

A partir da situação abordada torna-se necessário repensar a forma como alguns assuntos têm sido difundidos para toda a população através dos meios de comunicação. O combate a essa maneira de veicular tal questão, pode ser através da busca por parcerias que empreguem os meios de comunicação como instrumentos para a estruturação de uma sociedade mais justa, onde a cultura de massa possa também difundir valores e que estes estejam ao alcance de todos, sem um empobrecimento do conhecimento. Essa possibilidade passará a ter maior viabilidade se este processo for acompanhado de medidas estruturais, colocando uma educação de qualidade e postos de trabalhos suficientes para toda a população, que poderá ter um papel mais atuante, acompanhando de perto a atuação política e exercendo um caráter crítico em todos os segmentos sociais.

## REFERÊNCIAS

### Livros, capítulos de livro, artigos e teses

- ARBEX JÚNIOR, José. 2001. *Showrnalismo: a notícia como espetáculo*. 2. ed. São Paulo: Casa Amarela.
- ARENDT, Hannah. 1994. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará.
- BAHIA, Juarez. 1990. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Ática.
- ECO, Umberto. 1976. *Apocalípticos e integrados*. (Coleção Debates). São Paulo: Perspectiva.
- \_\_\_\_\_. 2004. *Como se faz uma tese*. 19. ed. rev. São Paulo: Perspectiva.
- KRUG, Etienne G. et al. 2002. *World Report on Violence and Health*. Genebra: Organização Mundial de Saúde.
- LÖWY, Michael. 2000. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 7. ed. São Paulo: Cortez.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. 2001. *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. 2003. A violência dramatiza causas. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza & SOUZA, Edinilsa Ramos de (org.). *Violência sob o olhar da saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (coord.). 1990. *Bibliografia Comentada da Produção Científica Brasileira sobre Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). 1994. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- MORAIS, Regis de. 1981. *O que é violência urbana*. 1. ed. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense.
- NJAINÉ, Kathie. 2004. *Violência na mídia e seu impacto na vida dos adolescentes: reflexões e propostas de prevenção sob a ótica da saúde pública*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: s.n.
- NJAINÉ, Kathie & SOUZA, Edinilsa Ramos de. 2003. Informação e comunicação sobre violência: instrumentos para a cidadania. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza & SOUZA, Edinilsa Ramos de (org.). *Violência sob o olhar da saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. 1981. Violência e Espaço Civil. In: MATTA, Roberto da et al. *Violência Brasileira*, pp. 45-55, São Paulo: Brasiliense.

PINHEIRO, Paulo Sérgio & ALMEIDA, Guilherme Assis de. 2003. *Violência urbana*. Coleção Folha Explica. São Paulo: Publifolha.

SILVA, José Fernando Siqueira da. 2004. *“Justiceiros” e violência urbana*. São Paulo: Cortez.

SODRÉ, Muniz. 1992. *O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. São Paulo: Cortez.

\_\_\_\_\_. 1985. *A comunicação do grotesco*. Petrópolis: Vozes.

SODRÉ, Nelson Werneck. 1999. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad.

THIOLLENT, M., 1985. *Metodologia da pesquisa-ação*. Coleção temas básicos de pesquisa-ação. São Paulo: Cortez: Autores Associados.

### **Material empírico recolhido da imprensa escrita**

*ASSIM, o seu plano de saúde por apenas R\$1,00 por dia*. Extra, Rio de Janeiro, 01.07.2005, p. 12. (propaganda)

*Cedae mata e ainda dá cova rasa*. Extra, Rio de Janeiro, 06.07.2005, p. 5. (matéria jornalística de capa)

*Cidade de Deus: PM mata 4 ladrões do carro do lateral Athirson*. O Dia, Rio de Janeiro, 03.06.2005, p. 12. (matéria jornalística de capa)

*Cocaína para Lady Di: livro afirma que a princesa usou droga com ex-namorado*. O Dia, Rio de Janeiro, 29.06.2005, p. 17. (matéria jornalística de capa)

*Coréia, a favela explosiva*. O Dia, Rio de Janeiro, 20.07.2005, p. 3. (matéria jornalística de capa)

*Prefeitura do Rio paga 13º em agosto*. Extra, Rio de Janeiro, 03.06.2005, p. 17. (matéria jornalística de capa)

*Roberto Jefferson diz que recebeu R\$ 4 milhões do PT*. Extra, Rio de Janeiro, 15.06.2005, pp. 3; 5. (matéria jornalística de capa)

*Roubado caminhão com silicone para seio e pênis*. Extra, Rio de Janeiro, 13.07.2005, p. 3 (matéria jornalística de capa)

*Tráfico leva terror a 30 mil na Ilha*. O Dia, Rio de Janeiro, 26.06.2005, p. 18. (matéria jornalística de capa)

*Guerra no Centro do Rio.* Extra, Rio de Janeiro, 05.06.2005, p. 15. (matéria jornalística)

*Suposto seqüestro de policial leva terror ao Centro.* Extra, Rio de Janeiro, 05.06.2005, p. 15. (matéria jornalística de capa)

*Bandidos levam carro de agente: tiroteio entre traficantes e policiais fecha ruas do Centro.* O Dia, Rio de Janeiro, 05.06.2005, p. 22. (matéria jornalística de capa)

*Medo no campus.* O Dia, Rio de Janeiro, 05.06.2005, p. 20. (matéria jornalística)

*Perigo nos lares da Zona Oeste.* O Dia, Rio de Janeiro, 17.07.2005, p. 20. (matéria jornalística)

*Rocinha: todos vigiam todos.* O Dia, Rio de Janeiro, 29.06.2005, p. 10. (matéria jornalística de capa)

*Uma batalha de binóculos.* O Dia, Rio de Janeiro, 29.06.2005, p. 10. (matéria jornalística)

*Negócio entre PM e traficante.* Extra, Rio de Janeiro, 10.07.2005, p. 20. (matéria jornalística)

*Atira melhor quem atira do alto.* O Dia, Rio de Janeiro, 17.07.2005, p. 3. (matéria jornalística)

*Noites de medo.* O Dia, Rio de Janeiro, 26.06.2005, p. 18. (matéria jornalística)

*Droga destrói famílias.* O Dia, Rio de Janeiro, 26.06.2005, p. 3. (matéria jornalística de capa)

*Famílias reduzidas a pó.* O Dia, Rio de Janeiro, 26.06.2005, p. 3. (matéria jornalística)

*Jornaleiros na mira.* O Dia, Rio de Janeiro, 19.06.2005, p. 16. (matéria jornalística)

*Profissão: ex-advogado.* Extra, Rio de Janeiro, 19.06.2005, p. 21. (matéria jornalística)

*A vida bandida caiu na rede.* Extra, Rio de Janeiro, 19.06.2005, p. 17. (matéria jornalística)

*Carteiros na mira da bandidagem.* Extra, Rio de Janeiro, 19.06.2005, p. 16. (matéria jornalística)

*Número de assassinatos aumentou no estado.* Extra, Rio de Janeiro, 08.07.2005, p. 12. (matéria jornalística)

*Mais assaltos a pedestres e em ônibus.* Extra, Rio de Janeiro, 08.07.2005, p. 12. (matéria jornalística)

## **Filmes**

AS Aventuras do Barão Münchhausen. Direção: Terry Gilliam. Produção: Thomas Schuhly. Intérpretes: Uma Thurman, Robin Williams e Sarah Polley e outros. Roteiro: Terry Gilliam e Charles McKeown, baseado em livro de Rudolph Eric Raspe. Inglaterra: Columbia Pictures, 1988. 1 fita de vídeo (121 min.), VHS, son., color.

MERA Coincidência. Direção: Barry Levinson. Produção: Robert De Niro, Barry Levinson e Jane Rosenthal. Intérpretes: Dustin Hoffman, Robert De Niro, Anne Heche e outros. Roteiro: Hilary Henkin e David Mamet, baseado em livro de Larry Beinhart. EUA: New Line Cinema, 1997. 1 fita de vídeo (97 min.), VHS, son., color.

O Quarto Poder. Direção: Costa-Gravas. Produção: Anne Kopelson e Arnold Kopelson. Intérpretes: Dustin Hoffman, John Travolta e Alan Alda e outros. Roteiro: Tom Matthews, baseado em estória de Tom Matthews e Eric Williams. EUA: Warner Bros., 1997. 1 fita de vídeo (114 min.), VHS, son., color.